

ASSOCIAÇÃO MARIA AUXILIADORA COLÉGIO FRANCISCANO SÃO JOSÉ

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO PASTORAL 2026 a 2028

Erechim/RS



SUMÁRIO

1 IDENTIDADE DA INSTITUIÇÃO.....	7
1.1 Histórico do Colégio.....	7
1.2 Atos Legais.....	17
2 FILOSOFIA EDUCACIONAL.....	18
2.1 Missão, Visão e Valores.....	18
3 OBJETIVOS EDUCACIONAIS.....	19
4 PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA AÇÃO EDUCATIVA.....	19
4.1 Instituição que queremos construir.....	19
4.2 Ser humano que queremos.....	20
4.3 Sociedade que queremos.....	20
4.4 Educação que queremos.....	20
4.5 Educador que queremos.....	21
4.6 Estudante que queremos educar.....	21
5 CALENDÁRIO ESCOLAR.....	21
6 PRESSUPOSTOS PEDAGÓGICOS E METODOLÓGICOS.....	22
6.1 Plano Curricular dos Colégios Franciscanos.....	22
6.2 Educação Infantil.....	26
6.3 Ensino Fundamental.....	29
6.4 Ensino Médio.....	33
7 SISTEMA DE AVALIAÇÃO.....	38
7.1 Educação Infantil.....	38
7.2 Ensino Fundamental Anos Iniciais.....	40
7.3 Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio.....	42
7.4 Composição das Avaliações Semestrais e Final.....	43
7.5 Estudos de Recuperação.....	46
7.6 Aulas Complementares.....	46
7.7 Simulados.....	47
8 TURNO INVERSO.....	47
9 ATIVIDADES EXTRACURRICULARES.....	50
10 POSITIVO ENGLISH SOLUTION.....	51
11 BRINCANDO NAS FÉRIAS.....	52
12 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO.....	52
13 MARCO OPERATIVO.....	54
13.1 Diagnóstico.....	54
13.2 Programação.....	55
13.3 Organização Administrativo-Pedagógica.....	55
14 FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS.....	56
14.1 Competência dos Estudantes.....	57
15 PASTORAL ESCOLAR.....	57
16 ORIENTAÇÃO DE CONVIVÊNCIA ESCOLAR.....	58

17 ORIENTAÇÃO E PROCEDIMENTO DO INTERCÂMBIO.....	58
18 RECURSOS FÍSICOS E DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS.....	60
18.1 Materiais e Recursos Didáticos.....	60
18.2 Espaços Físicos.....	61
18.3 Sala de Atendimento Educacional Especializado.....	61
18.4 Salas Ambientes.....	62
18.5 Centro Poliesportivo e Cultural.....	62
18.6 Laboratórios.....	62
18.7 Cantina Escolar.....	63
18.8 Capela.....	63
19 SEGURO EDUCACIONAL.....	63
20 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	65
REFERÊNCIAS.....	66

APRESENTAÇÃO

“O Projeto Político-Pedagógico é o coração da escola; dele depende a construção coletiva de uma educação democrática”.
Moacir Gadotti

A educação ao longo da história reconfigura-se e exige dos ambientes educacionais atenção às nuances das sociedades. A redefinição cultural, econômica, social e política exigem do ambiente educacional a mudança de olhar, que se processa de forma analítica, crítica e reflexiva. Nesse cenário, o exercício institucional do Projeto Político Pedagógico Pastoral garante a efetividade da organização da dinâmica pedagógica com base no corpo discente, no corpo docente, na equipe administrativa-pedagógica e de todos que compõem a comunidade escolar.

O conceito de projeto tem o sentido etimológico do latim *projectus*, que indica lançar para frente. Conecta-se ao planejamento e intenção de realizar algo a partir daquilo que existe, busca-se e que é possível.

Todo projeto supõe *rupturas* com o presente e *promessas* para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores (GADOTTI, 1994, p. 579).

O Projeto Político Pedagógico aponta um rumo, uma direção daquilo que a escola enquanto organismo vivo e espaço de coletividade tem como compromisso no seu processo educacional. O projeto pedagógico da escola também é político pela responsabilidade de formação cidadã de determinado contexto. “A dimensão política se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica” (SAVIANI, 2008, p. 72). Afirma-se aqui a autonomia relativa da educação frente a política. A educação não se dissolve na prática política, a dimensão política contribui com a prática pedagógica. A educação e a política são inseparáveis, porém distintas entre si.

Na dimensão pedagógica apresenta-se a possibilidade de intencionalidade da escola, de garantir com coerência e com harmonia o desenvolvimento de cada ser humano em suas habilidades e competências. “O termo pedagógico é representativo de uma concepção de educação que considera a Pedagogia como uma reflexão sistemática sobre as práticas educativas [...] não se refere apenas a ‘como se faz’, mas, principalmente, ao ‘porque se faz’, orientando o trabalho educativo para finalidades sociais e políticas

almejadas pelo grupo de educadores” (LIBÂNEO, 2004, p. 153). Com coerência para manter a adequação entre os aspectos afetivos/socioemocionais, intelectuais, psicomotores; e harmonia para concretizar essa produção de conhecimento levando para a vida o que se aprendeu, dando um sentido especial ao trabalho, às relações e ao viver.

A pastoral está imbricada com uma educação comprometida com a vida, com a humanização e a formação do ser humano de maneira integral. A formação integral compreende na atualidade o cuidado com a inteligência intelectual, a inteligência corporal, a inteligência emocional e a inteligência espiritual. O equilíbrio entre essas especificidades promovem a vida para o exercício da solidariedade, do amor, da sabedoria e da dignidade humana. Para tanto, “a pastoral/pedagogia como ciência tem as suas exigências: a observação da prática, o registro e a sistematização; o rigor reflexivo; pesquisa e análise criteriosa” (BALBINOT, 2015, p. 87). A educação enquanto espaço de evangelização exige do ambiente educativo critérios que perpassam a cientificidade, as dimensões pedagógicas e a pastoralidade, elementos essenciais para o desenvolvimento dos seres humanos e da qualidade da educação, construindo conhecimento significativo.

Devido às inúmeras mudanças da sociedade que interferem na formação de valores e na Educação, o Colégio Franciscano São José elabora seu Projeto Político Pedagógico Pastoral inspirado nos valores humanos, éticos, morais, espirituais e ambientais que visam favorecer o desenvolvimento integral do ser humano, processo essencialmente ligado à transformação da consciência. Busca-se desenvolver potencialidades e assumir o compromisso de formar pessoas que possam encontrar-se consigo mesmo, com o outro, com Deus e com a natureza. “O grande desafio da escola, ao construir sua autonomia, deixando de lado seu papel de mera “repetidora” de programas de “treinamento”, é ousar assumir o papel predominante na formação dos profissionais *e de todos os envolvidos na dinâmica pedagógica*” (VEIGA; CARVALHO, 1994, p. 50, grifos nossos). O processo educativo que contempla todas as especificidades institucionais, se faz a partir dos sentidos, da ciência, da filosofia, da contemplação, da observação, da teoria e da prática.

O Projeto Político Pedagógico Pastoral busca um trabalho educativo sério e comprometido com a aprendizagem, explicitando princípios, diretrizes e procedimentos, numa relação e articulação entre o fazer educativo e as exigências contemporâneas. São especificados objetivos, conteúdos e métodos de acordo com as exigências da legislação vigente e da realidade social. Estabelece estratégias para alcançar as metas propostas através de linhas de ação e de projetos específicos.

Diante dessa conjuntura, o Projeto Político Pedagógico Pastoral visa à formação continuada de uma equipe de trabalho participativa e crítica que reflete sobre o cotidiano da escola e das sociedades, desencadeando-se em ação efetiva para formar seres humanos conscientes, críticos, criativos, autônomos e protagonistas na construção do saber, tendo como princípio norteador do carisma das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora e a vivência da tese “Jeito Franciscano de Educar”.

Erechim/RS, 02 de janeiro de 2026.

Volnei Fortuna
Diretor Geral

1 IDENTIDADE DA INSTITUIÇÃO

1.1 Histórico do Colégio

O Colégio Franciscano São José é uma instituição de ensino particular, pertencente à Congregação das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora, Região Missionária São Francisco de Assis, mantida pela Associação Maria Auxiliadora - AMA, com sede e foro em Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Brasil.

A Congregação das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora teve seu início no dia 19 de junho de 1888, data em que Irmã Maria Bernarda Bütler, religiosa de vida monástica, pertencente ao Convento de Maria Hilff, de Altstätten, Suíça, atendendo à súplica de Dom Pedro Schumacher, bispo da diocese de Portoviejo, Equador, partiu, com seis jovens para o serviço missionário naquela região tão necessitada. A presença de religiosos na diocese era ainda muito pequena. A educação era um dos grandes clamores e necessidade daquele povo abandonado. “Una que otra escuela destartalada, eso era todo. La falta de comunidades docentes privaba al pueblo de la educación cristiana, el Pastor decidió pedir auxilio”¹ (BURIN, 2000, p. 31-32).

Irmã Maria Bernarda Bütler e suas companheiras partiram do seu convento no dia 19 de junho de 1888, com destino a Chone, no Equador. Nos desígnios da Providência, esse passo deu início a uma nova Família Religiosa na Igreja, dedicada à glória de Deus e à caridade misericordiosa para com as pessoas. Por estar a superiora à frente do pequeno grupo, Irmã Maria Bernarda Bütler foi considerada fundadora da nova Congregação, denominada Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora.

Santa Maria Bernarda saiu de um convento de clausura para uma vida diferente, para entrar em contato com o povo, sentir o seu clamor, ajudar as pessoas que necessitavam, pois não concordava com uma vida sem perspectivas, sem ação, sem participação. Renunciou a tudo aquilo que lhe cabia por direito para ir ao Equador. A religiosa quebrou os esquemas, superou barreiras e se pôs à tarefa com coragem e determinação.

Em Chone, no Equador, as Irmãs deram início ao trabalho missionário na Educação. Abriram uma escola de ensino elementar, cujas condições eram muito precárias. Nos primeiros tempos, as religiosas tiveram dificuldade no domínio da língua espanhola,

¹ "Algumas escolas em ruínas, só isso. A falta de comunidades de ensino privava as pessoas da educação, então o pastor decidiu pedir ajuda" (Tradução nossa).

idioma falado em Chone. Na escola, não havia bancos, nem recursos de quadros e livros. Ensinavam a leitura, a escrita e a aritmética. Tinham como objetivo promover a fé, ensinar a religião e anunciar a Palavra de Deus. Muito atentas às necessidades da época e do local onde viviam, as irmãs ensinavam as meninas a tecer e a costurar, além de lhes repassar conhecimentos. As irmãs tinham sólida formação pedagógica e, como verdadeiras filhas de São Francisco, o “frade sempre alegre”, ensinavam aos pequenos (alunas) cantos e brincadeiras divertidas. Naquele mundo infantil, a alegria e, às vezes, um pouco de alvoroço, ressoava pela casa.

Quanto ao ensino, o terreno era propício. A essas crianças e jovens sobrava vontade e desejo de aprender. Os pais também tinham sincera confiança na escola, o que era demonstrado pela atenção e carinho por parte dos mesmos.

O método de ensino que as Irmãs empregaram foi o do pedagogo **Celestino Benz**, de Marbach, Cantão de Saint Gallen, Suíça. A esse benemérito educador deve-se gratidão por haver preparado as Irmãs, dando-lhes formação pedagógica e garantindo, assim, que o ensino que ministravam, graças a esse método, estivesse dentro dos parâmetros educacionais exigidos na época.

Rapidamente, ganharam as missionárias a confiança de todos. Por essa razão, sentavam-se, para aprender, não somente crianças, mas também adultos e anciãos. Muitos chegavam de longe. Não faltaram famílias das localidades próximas que transferiram sua residência para Chone com o fim de matricular seus filhos na escola das missionárias suíças. Com base no que foi relatado, conclui-se que, já naquela época, existia a Educação de Jovens e Adultos, mas de forma muito original e sem formalidades.

Lamentavelmente, por causa da perseguição religiosa que ocorreu naquele país, após sete anos de trabalho com educação, Irmã Maria Bernarda e suas companheiras, já em maior número, tiveram de sair do Equador. E foram recebidas pelo bispo, Dom Eugênio Biffi, em Cartagena, cidade portuária da Colômbia. A partir dessa cidade, a Congregação se estendeu pelo país e logo em outros.

Foi assim que no ano de 1911 chegaram as primeiras religiosas da Congregação das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora ao Brasil, estabelecendo-se, inicialmente, em Óbidos, no Estado do Pará, onde se dedicaram à obra evangelizadora, principalmente através da educação escolar. Do Pará, a Congregação chegou ao Rio de Janeiro e daí, em 1920, ao distrito de Três Arroios, no Rio Grande do Sul, local onde foi instalado um Colégio.

Os breves dados acima expostos ajudam a compreender as origens do Colégio Franciscano São José, que há mais de dez décadas estabeleceu raízes na próspera terra de Erechim, região gaúcha do Alto Uruguai.

Com a presença das Irmãs em Três Arroios, formou-se, em Boa Vista do Erechim, uma “Comissão Pró-Colégio” que, após árduo labor, conseguiu concretizar a vinda das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora para esta cidade. Tal “comissão” era constituída pelo Padre Carlos Schwergschlager, por Aquiles Caleffi, Saulle Pagnoncelli, Carlos Mantovani e Demenciano Beniter.

Assim, no longínquo ano de 1923, em meio a muitas lutas políticas que sacudiam as coxilhas e ecoavam nas matas do Rio Grande do Sul, chegavam, quase despercebidas, à então Vila de Boa Vista do Erechim, três valorosas Missionárias. Traziam uma mensagem de paz e esperança, simbolizada na importante tarefa educativa – a de educar a infância e a mocidade – que, no futuro, deveria plasmar o mosaico social, espiritual e econômico da nossa terra. Eram as Irmãs: Rosa Holenstein, Maria Bernardina Renn e Coleta Holenstein.

A escola teve seu início numa pequena casa alugada situada na Rua Alemanha, nº 197. As atividades iniciaram no dia 19 de março de 1923, dia de São José, recebeu o nome de Colégio São José. A primeira Diretora foi a Ir. Maria Bernardina Renn, nascida na Suíça, e a primeira estudante foi Ederige Pagnoncelli Sampaio.

Em 1924, transferiu-se para outra casa, também alugada, com um espaço maior, na Avenida Maurício Cardoso, próximo à Catedral São José.

Finalmente, no dia 7 de setembro de 1927, em meio a festejos populares, foi inaugurada a nova casa de madeira. As Irmãs se instalaram, então, em prédio próprio, na rua Cesário de Matos, atualmente Rua Pedro Álvares Cabral, onde se localiza ainda hoje.

De ano a ano, as matrículas foram crescendo e o Colégio continuou ampliando suas instalações para atender à demanda.

Em 1935 foi construído o prédio para o Jardim da Infância. Nesse ano, os Irmãos Maristas fundaram, na cidade, o Colégio Nossa Senhora Medianeira e, em acordo de cooperação mútua, a partir da terceira série primária, os meninos passavam a frequentar aquele estabelecimento.

O Colégio São José funcionou como escola primária até os princípios de 1942, quando foi aberto também o curso Ginásial, como seção feminina do ginásio Nossa Senhora Medianeira.

Em maio de 1945 foi lançada a pedra fundamental para o novo prédio de alvenaria, cuja primeira parte foi inaugurada em 24 de abril de 1948. Nesse mesmo ano, pela Portaria número 110, o Colégio São José recebeu reconhecimento oficial pelo MEC (Ministério de Educação e Cultura) e passou a chamar-se Ginásio São José. A partir de então, passou a funcionar independentemente do Ginásio Nossa Senhora Medianeira.

O ano de 1956 assinalou outro salto de qualidade na história do Colégio São José: foi criada a Escola Normal², onde as futuras professoras foram construindo seus saberes e seus conhecimentos. No artigo publicado no Jornal Diário da Manhã, uma das Irmãs da Congregação, ex-diretora da Escola, Irmã Agnetes Possapp, comentou a respeito da criação do Curso Normal e da filosofia educacional desenvolvida, explicitando que o ano de 1956 foi marcante com a consolidação do Curso de Magistério.

Naquele período, o Colégio São José tinha o internato, que possibilitava às jovens da região de Erechim realizarem a formação no Curso Normal. As estudantes recebiam dos professores a orientação de estudo a cada 15 dias, sendo encarregadas de aprofundar as tarefas demandadas para que obtivessem a avaliação dos professores e a conclusão do Curso. O trabalho valorizava o protagonismo das estudantes.

A fim de ampliar as oportunidades de formação, o Colégio São José, ao longo dos anos, segundo possibilidades e interesses, ofereceu para as senhoras mães, alunas e pessoas interessadas, cursos diversos, como: bordado, pintura em tela e em tecido, artes aplicadas, costura, culinária, balé, ginástica olímpica e outros. Ademais, o salão de esportes e as dependências do Colégio estavam sempre abertos para sediar eventos culturais, sociais, desportivos e religiosos, prestando um grande serviço à comunidade erechinense, à região e ao Estado.

O ano de 1963 marcou para sempre a história do Colégio. No dia 5 de setembro, às seis horas, como de costume, na capela do Colégio, iniciou-se a Santa Missa, sem que ninguém jamais suspeitasse que fosse a última realizada naquele mimoso recinto. Exatamente na hora do Ofertório, um sinistro crepitar inquietou a comunidade orante. Todos trocaram olhares interrogativos. Logo alguém gritou: “fogo”! E esse eco retumbou, estarrecendo os fiéis. As labaredas saltavam pelo telhado da pequena parte da casa, que

² Conforme Lei 4.024/61 – 5.692/71 A Escola Normal, criada em 1880, correspondia à formação de profissionais que atuariam no ensino primário, ao mesmo tempo que representava a iniciativa de expansão do nível de escolaridade no país, baseado na necessidade de desenvolvimento urbano e de industrialização. O primeiro modelo de Escola Normal Superior pública foi instituído em São Paulo, com duração de dois anos, o que o diferenciava das demais áreas cujos cursos eram de quatro anos. No entanto, essa proposta de ensino superior não se concretizou, fazendo com que a formação dos profissionais da educação não avançasse para o nível superior, ficando apenas na tentativa.

ainda era de madeira. Ninguém mais ficou na capela. O celebrante interrompeu a Santa Missa. E, em menos de duas horas, o fogo havia devorado o grande prédio do Colégio São José.

A consternação foi geral. Mas o povo dizia para as Irmãs: “Nós reedificaremos o Colégio em pouco tempo”. Nessa triste e inolvidável ocorrência, as Irmãs puderam ver o quanto eram estimadas em Erechim e quanto significava o Colégio para a comunidade.

Em poucos dias, criou-se uma comissão composta de senhores abnegados e altruístas, prontos para organizar o projeto de reconstrução. Essa comissão era composta pelos seguintes membros: o pároco, padre Tarcísio Utzig; os senhores Oscar Abal, Romeu Madalozzo, Hermínio Macherin, Ir. Maria Imelda, Ir. Guiomar Zambenedetti. A comissão se reunia todos os sábados para estudar os meios mais adequados para adquirir fundos e dar conta do trabalho semanal. O povo da localidade, das cidades vizinhas, do Estado e até de outros Estados colaborou com donativos. Diversas entidades promoveram eventos em benefício da obra. Os Irmãos Maristas organizaram uma festa e, dos lucros obtidos, 50% eles os destinaram ao Colégio São José. Da mesma forma procedeu o Seminário Diocesano, que doou para a reconstrução metade do lucro advindo da Romaria de Nossa Senhora de Fátima.

No mesmo dia do incêndio, uma comissão de professores do Colégio Estadual Professor Mantovani, por iniciativa própria, se encarregou de obter, junto à Secretaria de Educação e Cultura, a permissão para o Colégio São José concluir o ano letivo, ocupando o prédio novo do Colégio Estadual, que estava pronto, mas ainda sem mobílias. Nesse estabelecimento público, passaram a funcionar os cursos Colegial, Normal e Ginásial. O Curso Primário do turno da manhã ocupou as salas do Colégio Industrial, hoje Escola Estadual Haidée Tedesco Reali. O segundo turno do Primário funcionou no Colégio Nossa Senhora Medianeira, dos Irmãos Maristas, que chegaram, inclusive, a suspender suas atividades extraclasse para acolher as alunas do Colégio São José. A Escola da Igreja Episcopal Instituto Barão do Rio Branco ofereceu quatro salas, que não foram ocupadas, pois as necessidades já estavam supridas. Muito nobre o gesto de solidariedade de todas essas pessoas e Instituições da cidade de Erechim.

Tudo isso possibilitou que, já no ano seguinte, 1964, sobre os escombros, surgisse, radiante, uma parte reconstruída do Colégio, onde funcionaram as aulas dos cursos

Colegial³, Normal, Admissão⁴ e Ginásial⁵. Parte do Curso Primário estava instalado em um Grupo Escolar, anexo ao Colégio São José. Em 1965, o número de estudantes matriculados superava 1.400.

Em **1923**, começou como **Colégio São José**. Em **1948**, com a oficialização do Curso Ginásial, passou a chamar-se **Ginásio São José**. Em **1956**, com a criação da Escola Normal 2º Ciclo, mudou para **Escola Normal São José**. Em **1967**, com o reconhecimento pelo Conselho Estadual de Educação, alterou a denominação para **Centro Educacional São José**.

Em **1968** as irmãs do colégio assumiram a **direção pedagógica da Escola Paroquial de São Pedro**, da cidade, e nesta Escola lecionaram estagiárias do curso Normal do Colégio. A Escola paroquial São Pedro foi então temporariamente, anexada ao Colégio São José, para todos os fins legais referentes ao ensino escolar.

No prédio do Colégio funcionou, nos anos de 1968 a 1970 a modo de colaboração para o desenvolvimento da educação superior, o Centro Universitário Alto Uruguai (hoje URI), que iniciou em Erechim como extensão da Universidade de Passo Fundo, com os cursos de Letras e de Estudos Sociais.

Em 1971 chegou a “Reforma do Ensino”, a famosa Lei 5.692. Esta lei estabeleceu o Ensino de 1º e 2º Graus. O Curso primário e o ginásial se dissolveram em Ensino de 1º Grau, com duração de oito anos e o 2º Grau correspondente ao Ensino Médio. A partir do ano 2000, passaram a ser nove anos.

Nas dependências do Colégio funcionou desde 1972, até o ano 2000, a 15ª Delegacia Estadual de Educação (hoje CRE). Então, nos espaços do Colégio se realizaram todas as reuniões necessárias com a Secretaria Estadual de Educação, para as quais usavam também o salão auditório.

No ano glorioso, 1973, se celebrou o Cinquentenário do Colégio. Momento de agradecer a Deus e de gratidão por toda a história construída nesses primeiros cinquenta anos, com o lema: *Colégio São José, cinquenta anos de cultura, labor, fé e amor*.

Em 1976 passou a oferecer o Curso Normal de Férias, para professores que atuavam sem ter habilitação profissional completa.

³ Colegial segundo Decreto Lei nº 4.244 de 09 de abril de 1942, O Curso Colegial, como curso secundário, terá a duração de, no mínimo, três anos.

⁴ Admissão eram exames que permitiam o ingresso no curso secundário conforme Lei nº 4.244 /42.

⁵ Ginásial segundo Decreto Lei nº 4.244 de 09 de abril de 1942, art. 3º, terá a duração de quatro anos, e destinar-se-á a dar aos adolescentes os elementos fundamentais do ensino secundário.

No ano de 1977 um fato repercutiu em todo o Estado: o Colégio foi sede do governo do Estado do Rio Grande do Sul. Nos dias 6 a 8 de dezembro, o governo do Estado instalou seu gabinete de trabalho no Colégio, onde ficaram também os chefes das Casas Civil e Militar e Secretários.

A partir dos anos 80 até 2018, a Escola de Pais foi ofertada no Colégio para a formação dos pais de família, numa sequência de 13 encontros anuais.

Na ocasião dos 65 anos do Colégio, 100 anos da Congregação e 70 do município de Erechim – foi inaugurada uma placa/monumento no canteiro da Avenida 15 de Novembro, próximo do Colégio. Prefeito: Jaime Lago.

Em 1994 o Colégio recebeu o Troféu Destaque Educação. A solenidade da entrega do Troféu aconteceu no Baile de Gala no Clube do Comércio. Foi um grande reconhecimento e homenagem ao trabalho das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora pelos 70 anos em prol da educação erechinense.

No dia 08 de julho de 1999 foi reinaugurada a biblioteca que recebeu o nome de Biblioteca Ir. Seráfia Pimentel. Homenagem à irmã, que por quase 30 anos foi a bibliotecária. Alunos do Grêmio de Estudantes sugeriram o nome dela. Ela exerceu esse papel com dedicação e amor. Sua paixão pela leitura contagiava estudantes e professores.

Em 2001 o nome do colégio passou a ser denominado Colégio São José e deu abertura ao Ensino Médio. Curso que faz a diferença pela qualidade do ensino e dos professores. Um Ensino Médio de excelência, com professores especialmente habilitados para este nível de ensino. Cada ano os estudantes são aprovados em vestibulares das universidades federais e outras, com alto nível.

No ano 2002, com o devido credenciamento e autorização de funcionamento pelo Sistema Estadual de Educação, o Colégio abriu as portas também para a EJA (Educação para jovens e adultos), tanto do Curso Fundamental como do Ensino Médio, atendendo cada ano centenas de estudantes que não haviam terminado de cursar regularmente seus estudos. Teve bom índice de aprovação de estudantes em universidades de todo o Estado e Estados vizinhos. A EJA, na instituição, funcionou até o ano de 2015.

Em 2003 iniciou-se a construção do novo prédio da Educação Infantil. Foi concluído em 2004 e inaugurado em 2005.

Em 2007, criação dos Cursos Técnicos e implementação do Ensino Fundamental de 9 anos.

No dia 19 de março de 2012 deu-se início no Colégio, dentro da Pastoral Escolar, a obra Pontifícia da IAM (Infância e Adolescência Missionária). Grupo destinado às crianças do colégio, a fim de que possam conhecer mais a Jesus Cristo e serem missionários a seu exemplo.

No dia 05 de outubro de 2013 iniciou-se a construção do novo ginásio, o Prédio Centro Poliesportivo e Cultural São José, o qual foi concluído no final de 2015.

A partir de 2014, o colégio passou a denominar-se Colégio Franciscano São José, para expressar mais fortemente a sua identidade institucional, pertencendo à Congregação das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora.

Em 2015, foi a vez da remodelação/reforma da estrutura física do setor administrativo: secretaria.

No dia 1º de setembro de 2015 foi alugado o espaço - onde funcionava o Conservatório de Música - para a Faculdade Anhanguera, pertencente a um grupo chamado Kroton Educacional. Para proporcionar maior acessibilidade foi instalado um elevador no Colégio. O contrato de locação com a Kroton Educacional foi encerrado no dia 04 de abril de 2022.

Em 2016 o Colégio passou a oferecer de forma opcional, na parte da manhã, o Turno Inverso, para crianças da Educação Infantil (a partir de 3 anos de idade) e Ensino Fundamental – Anos Iniciais, visando o desenvolvimento integral por meio de atividades lúdicas, esportivas, recreativas e culturais.

Em 16 de agosto de 2016 foi criado o Projeto Pais na Escola. A participação de pais que têm filhos no Colégio acontece por meio de convite da direção da instituição. Similar à antiga Associação de Pais e Mestres, o grupo de pais é um grupo de apoio em eventos da escola, como Festa Junina, Mateada da Família e outros.

Em 2016, o Colégio passou a aceitar crianças na Educação Infantil na faixa etária de 0 a 1 ano e 11 meses, com credenciamento e autorização pelo Conselho Estadual de Educação em 2017.

Em 11 de novembro de 2018, o colégio lança a parceria com o Projeto Lixo Zero, assessorado pela Júlia Vanin de Moraes (Engenheira Ambiental, auditora e consultora do Instituto Lixo Zero do Brasil) realizando diversos encontros com professores e coordenadores, implementando o projeto no colégio.

No dia 15 de abril de 2018, o Colégio recebeu o troféu Comenda Boa Vista do Erechim, completando 95 anos de história, por ocasião da comemoração dos 100 anos do município de Erechim.

No dia 17 de maio de 2019 foi inaugurada a nova biblioteca da Educação Infantil chamada Biblioteca Tapete Mágico.

Em 2019 iniciou a otimização do espaço do Jardim Interno, que se transformou numa área de convivência e brincadeiras. Também foram reorganizadas salas próprias para o atendimento às crianças de 1º ano, próximas da biblioteca Irmã Seráfia Pimentel.

Em 2019 foi construída a quadra esportiva, com grama sintética, no espaço do pátio da escola. Três modalidades esportivas essa quadra possibilita: futebol, basquete e vôlei.

Até 2021 a direção do Colégio sempre esteve a cargo de uma irmã da Congregação das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora. Conforme a Galeria Histórica existente no Colégio, no final de 2021, ocorreu a transição da direção das Irmãs sendo compartilhada com um leigo.

Em 2022 ocorreu a otimização do parque da Educação Infantil, com piso emborrachado e melhoria dos brinquedos.

Em 16/11/2022 foram ligados os inversores que deram início à geração de energia solar no Colégio. Foram colocadas 188 placas solares no telhado do Colégio. Dessa forma, o Colégio alinha-se à sustentabilidade.

Em 2022 houve a reforma do espaço para atividades de Robótica Educacional e salas de inglês PES (Programa English Solutions), essas atividades acontecem no contraturno do estudante.

No dia 10 de dezembro de 2022 houve o lançamento do ano centenário a 100 dias do centenário e a inauguração do Cantinho de São Francisco, no pátio do colégio.

Em 2025 o Colégio Franciscano São José reorganiza o seu formato de gestão administrativa e pedagógica pastoral, consolidando uma gestão compartilhada que conta com a Direção Geral, Direção da Identidade Institucional e Direção Pedagógica. A gestão compartilhada fortalece a dinâmica institucional e vislumbra a tomada de decisões a partir da construção coletiva.

No final da tarde de domingo, 23 de novembro de 2025, a cidade de Erechim foi atingida por uma intensa chuva de granizo, ocasionando danos significativos a um expressivo número de residências. No contexto do Colégio, esse evento configurou-se

como um marco histórico, exigindo a reorganização do planejamento de encerramento do ano letivo e a redefinição de rotas institucionais para garantir a continuidade do processo educativo.

A adversidade natural demandou uma ampla mobilização, envolvendo a substituição do telhado, forro, assoalho e mobiliário, bem como a readequação das redes elétrica e hidráulica. Tal processo de reconstrução reafirmou os princípios que sustentam este o Colégio Franciscano São José: a espiritualidade, o ensino e a aprendizagem, a resiliência institucional, a corresponsabilidade, o cuidado com as pessoas e o compromisso com a educação, assegurando a retomada da dinâmica escolar com segurança, dignidade e formação integral.

Ao passar dos anos, o Colégio ampliou e renovou sua infraestrutura interna e externa. É uma grande obra construída à disposição dos estudantes que recebem educação voltada para o desenvolvimento integral e sustentada nos valores franciscanos, além de colaborar com a formação da sociedade.

No alto dos 103 anos (1923-2026) de existência, o Colégio Franciscano São José continua de braços abertos, desbravando horizontes rumo a um promissor futuro gestado na fé, na ousadia e no compromisso inegociável de produzir conhecimento e educar para a vida, alicerçado em princípios e valores. A semente lançada em solo fértil e posta em mãos laboriosas cresceu e se tornou história. Hoje, o passado se faz presente e se projeta para o futuro, assegurando a missão, a visão e os valores franciscanos, sendo esses, inegociáveis na caminhada educacional. Na obra *Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres*, Miguel Arroyo nos provoca sobre as dimensões da história e sobre a importância da escuta integral:

Deveríamos ter todo o tempo do mundo para ouvir suas longas histórias e eles para ouvir as nossas. Além do mais, precisamos de longos e sossegados dias de reflexão para entender sua complexa trama. Entendê-los para ajudá-los a entender-se. Somos profissionais do conhecimento, inclusive do conhecimento dos educandos, dos sentidos e sem-sentidos de suas trajetórias. Não é suficiente sermos expertos nos saberes de nossas áreas e sermos ignorantes dos significados sociais, humanos de suas vidas (ARROYO, 2004, p. 84).

1.2 Atos Legais

A caminhada da instituição quanto à regularização da oferta e funcionamento receberam reconhecimento pelos atos legais:

NATUREZA DO ATO LEGAL RELATIVO AO ESTABELECIMENTO	ÓRGÃO EMISSOR	NÚMERO	DATA
Registro de Reconhecimento	Divisão do Ensino Particular	18	Atestado – SEC nº 503/66
Criação Curso Ginásial	MEC e Saúde	Portaria nº 110 Parecer nº 32/67	16/02/1948
Criação Curso Normal Ginásial	SE/RS	Portaria nº 915	06/04/1957
Reconhecimento EI e EF	SE/RS	Portaria nº 12.159	26/05/1967
Criação Curso Secundário Colegial	SE/RS	Portaria nº 7.290	31/05/1968
Autorização do 2º Grau	SE/RS	Portaria nº 4.210	28/04/1975
Cessação de Atividades do 2º Grau	SE/RS	Portaria nº 283.004	03/12/1979
Reorganização e Designação	SE/RS	Portaria nº 38.946	30/09/1980
Designação	ASSEC	Ata nº 495	13/09/1999
Altera designação para Colégio São José	ASSEC	Ata nº 501	28/12/1999
Credenciamento e Autorização de Funcionamento Ensino Médio	CEED/RS	Parecer nº 12/2001	03/01/2001
Ensino Fundamental e Médio para Jovens e Adultos	CEED/RS	Parecer nº 664/2002	12/06/2002
Credenciamento e Autorização de funcionamento de cursos de Educação Profissional	CEED/RS	Parecer nº 153/2007	31/01/2007
Implantação do Ensino Fundamental de 9º Anos	MEC	Lei Federal 11.274/2006	2007
Transferência de manutenção da ASSEC para AMA	CEED/RS	Parecer nº 107/2010	2010
Ensino Fundamental e Médio para Jovens e Adultos	CEED/RS	Parecer nº 98/2011	26/01/2011
Ata da Mantenedora altera denominação Colégio Franciscano São José	AMA	Ata nº 11/2014	15/12/2014
Credenciamento e Autorização da Educação Infantil de zero a 2 anos	CEED/RS	Parecer 123/2017	22/02/2017

2 FILOSOFIA EDUCACIONAL

A comunidade educativa do Colégio Franciscano São José assume o processo educativo inspirado nos valores humanos, éticos, morais, espirituais, científicos e ambientais que visam favorecer o desenvolvimento integral do ser humano, essencialmente ligado à transformação da consciência. Busca desenvolver potencialidades assumindo o compromisso na formação de um ser humano que possa encontrar-se consigo mesmo, com o outro, com Deus e com a natureza. O processo educativo se faz a partir dos sentidos, das relações da ciência, da filosofia, da contemplação, da observação, da teoria e da prática. A comunidade educativa é constituída por todas as pessoas envolvidas e com vínculo no processo educativo.

2.1 Missão, Visão e Valores

Missão: Oferecer educação que promova a construção do conhecimento e a excelência humana, fundamentada no carisma franciscano.

Visão: Ser uma instituição educativa sustentável, inovadora, de formação integral, que contribua para a cidadania participativa na construção de uma sociedade humana, justa e solidária.

Valores:

Amor, tolerância e fraternidade

Solidariedade, respeito e empatia

Diálogo, convivência e esperança

Ética e justiça

Espiritualidade, paz e alegria

Autonomia e responsabilidade

Inovação e criatividade

Sustentabilidade e confiança

Cuidado com a pessoa e a Casa Comum (Planeta)

3 OBJETIVOS EDUCACIONAIS

Por meio da ação educativa o colégio se propõe a:

- Promover uma educação que desenvolva as potencialidades de cada um, o aprimoramento das relações humanas e o cultivo de valores evangélicos cristãos, éticos e do carisma da Instituição Mantenedora, buscando as melhores formas de acolher, atender e encaminhar;
- Oportunizar o desenvolvimento de habilidades e competências cognitivas, socioemocionais, afetivas, morais, espirituais e interpessoais, necessárias para a formação integral do Ser Humano ;
- Estimular o sentido comunitário e dinamizar a prática participativa no Colégio, para que se concretizem os princípios democráticos;
- Oportunizar o processo de construção do conhecimento de forma individual e coletiva, promovendo a autonomia, o espírito criativo e inovador;
- Incentivar o estudo e aprofundamento por meio da pesquisa, visando o protagonismo histórico pessoal e social;
- Articular a interdisciplinaridade nas diferentes áreas do conhecimento, possibilitando aprendizagem colaborativa e autônoma, buscando a superação do pensar fragmentado;
- Proporcionar momentos de reflexão com a comunidade educativa, visando a formação e a ampliação de redes do conhecimento;
- Realizar com a comunidade, ações concretas de valorização da vida por meio de convivência fraterna; e
- Promover um processo de ensino-aprendizagem capaz de dar atendimento às dificuldades de aprendizagem, promovendo as potencialidades e buscando as melhores formas de complementação/suplementação às necessidades educacionais especiais.

4 PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA AÇÃO EDUCATIVA

4.1 Instituição que queremos construir

Uma instituição capaz de pensar e que ajude a desenvolver o pensamento, que seja aberta, criativa, atraente, simples, prazerosa, com recursos humanos e condições necessárias que assegure o conhecimento e relações sociais humanizadoras. Que vê cada

agente de forma personalizada, formando sujeitos sociais, éticos e cristãos. Um ambiente institucional onde todos se sentem bem. Colégio fraterno que promove a inclusão e a valorização das diferenças, que partilha e educa para a paz.

4.2 Ser humano que queremos

Queremos e acreditamos num ser humano consciente, livre, feliz, justo, honesto, corajoso, fraterno, solidário, responsável, participativo, sensível, humilde, confiável, acolhedor, autônomo, preparado para enfrentar as situações da vida. Realizado vocacional e profissionalmente, capaz de ser e fazer história, de interagir no meio em que vive, de transformar o mundo para o bem coletivo. Capacitado a usar os avanços tecnológicos para o bem da humanidade e relacionar-se respeitosamente consigo mesmo, com os outros, com Deus e com a natureza.

Queremos um ser humano capaz de amar e deixar-se amar. Com sonhos e utopias, que perceba e viva as realidades transcendentais e atue de acordo com sua natureza, segundo a imagem e semelhança de Deus.

4.3 Sociedade que queremos

Uma sociedade justa, igualitária, fraterna, solidária, organizada, capaz de partilhar, onde as pessoas olhem com respeito para o universo. Capaz de gestar os princípios básicos de vida digna para todos, com valores humanos e cristãos onde a pessoa é tratada com reverência, como filha de Deus, irmã de todos e responsável por si e pelos demais.

4.4 Educação que queremos

Educação fundamentada nos princípios cristãos, que humanize e valorize a formação e o desenvolvimento integral. Educação crítica, comprometida, promovida na e para a autonomia. Educação dialógica, participativa, dinâmica, criativa, que auxilie o ser humano na busca do conhecimento de maneira alegre e prazerosa. Educação que ajude a formar pessoas sensíveis à vida, da qual sejam defensoras e amantes. Educação voltada para a prática da justiça social atendendo às necessidades emergentes.

4.5 Educador que queremos

Educador que acredita na VIDA, que se fortalece na esperança, na humanidade, no cultivo da espiritualidade, nas relações interpessoais (com respeito e solidariedade) e na dimensão ética e que acolhe a diversidade. Participante nas vivências do carisma e valores da instituição. Educador que busca atualização permanente na área de sua especialização e cultura geral que propicie maiores conhecimentos e habilidades comprometido com a missão educativa.

Educador com formação intelectual e pedagógica, capacitado a acompanhar a aprendizagem dos estudantes com verdade, profundidade e criticidade. Educador que busca atualização permanente na área de sua especialização e cultura geral que propicie maiores conhecimentos e habilidades no cumprimento da missão educativa.

Educador aberto ao intercâmbio, que cria, recria e inova para orientar o estudante em seu processo de formação integral pautado na autonomia, na participação, no respeito e na fraternidade.

4.6 Estudante que queremos educar

Pessoa criadora e construtora de sua própria história, de seu projeto de vida. Estudante protagonista, que contribui com a dinâmica de ensino, aprendizagem e evangelização, de maneira analítica, reflexiva, crítica, participativa e humana, desenvolvendo-se na relação com a comunidade educativa e transformador da realidade em que está inserido. Que cultive a esperança em todas as dimensões da vida.

5 CALENDÁRIO ESCOLAR

O Calendário Escolar é um documento integrante do planejamento institucional/Colégio, elaborado anualmente sob a coordenação da Direção Geral, com assessoramento das equipes administrativa e pedagógica, em conformidade com as disposições legais vigentes e com as orientações emanadas pela Mantenedora.

Sua aprovação compete à Equipe de Gestão, devendo ser publicado previamente ao início de cada ano letivo. O calendário assegura o cumprimento dos dias letivos e da carga horária mínima estabelecida na Matriz Curricular da Educação Infantil, do Ensino

Fundamental e do Ensino Médio, em observância à legislação educacional em vigor, bem como, estabelece as datas das celebrações, comemorações e feriados, eventos especiais e está disponibilizado no Site Institucional.

6 PRESSUPOSTOS PEDAGÓGICOS E METODOLÓGICOS

6.1 Plano Curricular dos Colégios Franciscanos

Este documento orientador objetiva direcionar o olhar de toda a comunidade escolar para a construção de um estudante comprometido com a vida e com a cidadania. A relevância pauta pelos valores desenvolvidos pelos Colégios Franciscanos, como a paz, a bondade, a resiliência, a justiça, o respeito e o comprometimento por uma sociedade voltada para o bem comum.

A estrutura do documento leva em consideração a possibilidade de duas análises relacionadas aos objetos do conhecimento e aos processos envolvidos. Uma delas refere-se à interpretação verticalizada, em que é possível reparar o aumento da complexidade entre as exigências dos objetos do conhecimento ao longo da Educação Básica. A outra representa o olhar horizontalizado, em que há possibilidades do professor compreender os conhecimentos que perpassam por todas as áreas, no mesmo ano escolar. Estas duas possibilidades são indispensáveis para um trabalho consciente e interdisciplinar.

Assim, a organização desta estrutura contempla diferentes conceitos que intencionam uma modelagem epistêmica coerente entre os objetos do conhecimento, as competências e as habilidades.

As competências são capacidades desenvolvidas pelos estudantes para que os mesmos aprendam a aprender. O desenvolvimento de estratégias a partir de atividades em que haja o protagonismo na resolução de problemas ou na participação com os conhecimentos prévios, leva à construção de caminhos reflexivos para compreender o novo. Aprender a aprender não significa aplicar o que aprendeu de forma prática, mas aplicar os processos de conhecimento. Desta forma, quando se está relacionando a compreensão a um objeto do conhecimento, o que realmente permanece na vida dos estudantes é o processo de compreender e não o objeto em si.

No documento estão presentes duas categorias de competências: as conceituais e as atitudinais. As conceituais referem-se aos objetos do conhecimento, como por exemplo,

produzir textos com coerência, coesão e gramaticalmente assertivos, desenvolvendo com autonomia e autoria temáticas definidas. Esta competência é conceitual porque está voltada para objetos do conhecimento, amplos, mas direcionados. A competência atitudinal pode se referir ao mesmo objeto, mas a intenção não é somente a sua coesão, coerência ou assertividade, mas sim voltada a valores que acrescentem, no estudante, processos que envolvam o bem-estar, não só individual, mas também coletivo. Este estudante, além de produzir textos com tais características conceituais, deve, por exemplo, comunicar-se de forma ética, sensível, crítica e propositiva, utilizando a escrita para promover um discurso de paz para a transformação da sociedade.

As habilidades podem ser consideradas pequenas competências, com o alcance em prazos mais curtos. Enquanto uma competência pode ser desenvolvida durante toda a vida escolar, uma habilidade pode ser construída em um conjunto de aulas. Por exemplo, se a competência é resolver situações problemas, capacidade desenvolvida em toda a trajetória da educação básica, as habilidades para isso devem ser desenvolvidas durante as aulas, como por exemplo, selecionar informações explícitas apresentadas em problemas que envolvam a probabilidade, levando em consideração o contexto vivenciado; identificar informações implícitas; estabelecer relações entre as informações. Para cada competência há um conjunto de habilidades que não se somam, mas se inter-relacionam. É como se disséssemos que um conjunto de habilidades representa muito mais que a sua soma.

Uma habilidade é formada por três elementos fundamentais: o processo de aprendizagem envolvido, o objeto do conhecimento pretendido e o contexto em que este processo se dará. Por exemplo: compreender o funcionamento do sistema digestório humano na relação com os outros sistemas, a partir da observação do próprio corpo. O ato de compreender é o processo envolvido, ou seja, o estudante necessita, para compreender, já ter analisado suas partes, relacionando uma parte com a outra, enfim, um conjunto de elementos importantes que antecipam a compreensão. O sistema digestório em relação com os outros sistemas representa o objeto do conhecimento. Todo este esforço é para que, ao se observar, o estudante compreenda o que está acontecendo no seu próprio corpo, assim, o contexto deste estudo é o corpo do estudante.

Uma competência deve se transformar em habilidade no decorrer da escolaridade para que o aumento de complexidade seja garantido. No decorrer da estrutura do documento observa-se que as competências conceituais e atitudinais de um determinado ano, se transformam em habilidades no ano subsequente. Ou seja, a cada ano, o nível

exigido dos estudantes se torna maior. A competência, ao se transformar em habilidade, serve de suporte para o desenvolvimento de outras competências de maior complexidade.

Na Educação Infantil, embora apareçam os termos habilidades ou competências por área do conhecimento, este segmento está organizado por Campos de Experiências. Os Campos de Experiências não contemplam objetos do conhecimento como veiculadores para a construção do saber. O conhecimento se dá pelo ambiente em que as crianças estão experienciando e interagindo nas brincadeiras e pelo olhar atento do professor que deve aproveitar todos os momentos para garantir os direitos de aprendizagens.

A escolha metodológica para a construção deste documento baseou-se em selecionar, junto aos professores, conceitos que estruturam cada uma das áreas do conhecimento. Desta forma, desde a Educação Infantil foram pensadas capacidades que todos os estudantes devem desenvolver até o final de cada ano escolar, sendo que na Educação Infantil estas capacidades são desenvolvidas por objetivos de aprendizagens e, a partir dos anos iniciais, por habilidades.

Há anos atrás o professor planejava suas aulas utilizando-se dos objetivos de ensino. Nos documentos atuais, estes objetivos foram substituídos por habilidades. A distinção entre estes dois termos está pautada na intencionalidade. Nos objetivos de ensino, o professor escolhia os conteúdos e se relacionava diretamente com eles. Por exemplo, ao escolher o conteúdo Idade Média, o professor dividia este conteúdo pelo número de aulas disponíveis e escolhia o que deveria ensinar sobre ele. A Idade Média, trabalhada a partir das habilidades, transforma-se em objeto do conhecimento, ou seja, este fragmento da História está sendo trabalhado com vistas a desenvolver uma competência maior, partindo sempre do estudante. Neste caso, pode-se pensar, por exemplo, por que um estudante adolescente precisa estudar a Idade Média; qual é a relação com a sua vida, com a sua realidade; quais as reflexões podem ser desenvolvidas a partir deste objeto; que problematizações podem ser abordadas neste caminho. Desta forma, a habilidade preserva uma relação direta entre o objeto (conteúdo) e o sujeito (estudante).

Os objetos do conhecimento estão a serviço do estudante e das competências. Diferenciam-se dos conteúdos, pois refletem uma interação entre o objeto e o estudante. O objeto, por exemplo, Idade Média, deve modificar a forma de pensar do estudante. Neste caso, não há um acúmulo de conteúdos e, sim, uma significação, um caminho para a reflexão e para o desenvolvimento de processos de conhecimento. E o estudante deve modificar o objeto. Se a Idade Média proporcionar reflexões sobre a forma como o

estudante deve compreender, por exemplo, o cotidiano das pessoas em tempos distintos a partir de relações de exploração, sempre que se falar neste objeto o estudante não o verá mais como um acontecimento no tempo e no espaço, mas como um conjunto de relações que extrapolam aquele tempo e aquele espaço. Desta forma, o objeto foi modificado e, ao mesmo tempo, modifica os processos reflexivos dos estudantes. Na Filosofia Educativa dos Colégios Franciscanos, este objeto deve estar carregado de valores e propostas reflexivas protagonistas.

Neste referencial, se faz necessário compreender que o documento que vai orientar os caminhos metodológicos e avaliativos de professores e estudantes foi construído pelos professores. Os mesmos escolheram os conceitos estruturantes de cada área e, a partir de cada conceito, foram construídas as competências atitudinais e conceituais, levando em consideração a verticalização e a horizontalização do conhecimento. Após a construção das competências, os professores construíram as habilidades que desenvolvem cada competência. O trabalho foi referenciado na BNCC (Base Nacional Comum Curricular), nos Referenciais do Estado e na Filosofia dos Colégios.

Para que estas habilidades e competências sejam desenvolvidas, a metodologia deve pautar, principalmente, por: iniciar sempre pelos conhecimentos prévios dos estudantes; prezar por desafios para que provoquem a interação entre o sujeito e o objeto; minimizar memorizações e reducionismo; complexizar os objetos pelo entendimento que extrapola a ciência em si; contextualizar de forma interdisciplinar o conhecimento.

Os processos avaliativos que fazem parte do cotidiano da sala de aula estão divididos em critérios e instrumentos. Os critérios são os processos presentes nas habilidades e competências. Se, por acaso, o processo for interpretar, o critério será a interpretação e é a partir dela que a avaliação deve se desenvolver. Não se pode trabalhar o processo de interpretação e utilizar como critério a identificação ou memorização. Os instrumentos devem ser variados e condizentes com os processos selecionados. Por exemplo, se o processo se refere à discussão, o instrumento pode ser um seminário ou um fórum.

É importante registrar que, independentemente do documento construído coletivamente, a efetiva diferença no processo educativo se concretiza na atuação do professor em sala de aula. Nesse sentido, destaca-se a relevância da formação continuada como espaço de aprofundamento, reflexão e atualização das práticas pedagógicas,

especialmente diante de metodologias que exigem constante ressignificação do fazer docente.

Ser professor implica reinventar-se continuamente, refletir sobre a intencionalidade pedagógica e atribuir sentido ao trabalho desenvolvido, tendo em vista o crescimento integral do estudante. A docência se constrói nas relações humanas, no diálogo e na escuta, configurando-se como um processo permanente de formação, construção e compromisso educativo.

6.2 Educação Infantil

Considerando-se as especificidades afetivas, intelectuais e socioemocionais das crianças de zero a cinco anos, dando ênfase à visão da criança como protagonista em todos os contextos, interagindo, criando e modificando a cultura e a sociedade, oferece-se referências para a construção de um currículo, baseado em direitos de desenvolvimento e aprendizagem definidos de acordo com a Base Nacional Comum Curricular - BNCC para a Educação Infantil:

- **Direito de Conviver:** Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas.
- **Direito de Brincar:** Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.
- **Direito de Participar:** Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.
- **Direito de Explorar:** Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.

- **Direito de Expressar:** Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.

- **Direito de Conhecer-se:** Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário.

A proposta curricular nesta etapa de ensino articula a vivência de práticas e gestos pensados para acolher e provocar. Olhar cuidadoso e educador. Sentimentos e emoções surpreendentes a cada conquista das crianças e professores. Uma construção que vai do prazer ao saber. Ao estruturar situações para que as crianças vivenciem experiências, o professor nutre as aprendizagens e cria contextos para a construção de conhecimentos. Pensamos a educação com base no diálogo entre experiência e sentido, que se mostra pertinente quando consideramos a primeira infância. Desde bebês, as crianças são estimuladas a aprender, fazer, sentir, contemplar e brincar.

A BNCC da Educação Infantil altera a concepção de professor e de criança. Nesse sentido, traz os Campos de Experiência que são um convite para que os professores inovem, tenham outro olhar sobre esta etapa do desenvolvimento da pessoa e construam uma educação adequada aos desafios da realidade e necessidade das crianças. Apresenta uma leitura nova e avançada sobre os objetivos de aprendizagem desde os primeiros anos de vida da criança.

Os cinco Campos de Experiência ocupam espaço importante no documento da Educação Infantil e norteiam o trabalho pedagógico:

1. Eu, o outro e nós: Evidencia a construção da identidade, o conhecimento de si mesmo e a criação de vínculos entre o grupo com vivências de valores do humanos. Ampliando experiências positivas, a fim de conhecer as inúmeras culturas e costumes, reconhecendo as diferenças e valorizando o respeito mútuo.
2. Corpo, gestos e movimento: Tem como principal objetivo explorar as diversas formas de movimento, seja música, dança ou teatro, vinculando emoção à linguagem corporal, com intuito de brincar com a imaginação e a fantasia. Propostas que ampliem o repertório de movimentos como, gestos, olhares, equilíbrio, mímica, sons, engatinhar, correr, pular; enfim, trabalhar o corpo inteiro e suas formas de expressão.

3. Traços, sons, cores e formas: Destaca a relação da criança com as diferentes formas artísticas, culturais e científicas, ou seja, vivenciar momentos com materiais e recursos tecnológicos, criar e apreciar arte, desenvolvendo a criatividade e o pensamento crítico.
4. Escuta, fala, pensamento e imaginação: É primordial o espaço escolar proporcionar momentos de experiência com a linguagem oral e escrita, visando desenvolver um comportamento leitor e ampliação de repertório, preparando um ambiente rico que estabeleça experiências diversas para as crianças desenvolverem a imaginação, o pensamento, a escuta ativa e a fala em contextos significativos.
5. Espaço, tempos, quantidades, relações e transformações: Visa desenvolver noção de tempo, espaço, conhecimento matemático, compreensão do mundo físico e sociocultural, englobando experiências e perguntas comuns das crianças daquela faixa etária, logo, o educador precisa proporcionar experiências de observação, indagação, levantamento de hipóteses, fontes de informação, instigando a curiosidade.

Na obra *Os fios da Infância*, as autoras Ángeles e Isabel Bardanca, realizam uma reflexão preliminar na contracapa, compreendendo as minuciosidades no processo de formação das crianças.

Se conseguirmos que os pequenos apreciem suas conquistas, descubram os outros, aprendam a manifestar seus sentimentos, conectem-se à natureza, deleitem-se com a arte, valorizem as pequenas coisas, brinquem e aproveitem, usem a lógica matemática para a vida, aproximem-se do pensamento científico e da sabedoria popular, admirem a beleza do cotidiano, despertem os sentidos, soltem a língua, abram-se ao não acadêmico, celebrem a vida, aprendam a guardar recordações preciosas, descubram os arredores, iniciem o amor pelos livros e pela leitura, desfrutem da sua infância como crianças, tudo isso somado a que sejam capazes de manifestar gratidão pelo que a vida e as pessoas lhe dão (BARDANA; BARDANA, 2018).

A ação pedagógica na Educação Infantil inclui múltiplas linguagens que se referem principalmente aos gestos, ao ato de brincar, ao desenho, à dança, à música, à manipulação dos objetos e materiais, à escuta, à contemplação e à escrita. Cada uma delas tem igual importância e representa uma grande riqueza de possibilidades que traduz intenções e pretensões a respeito do tipo de sujeito e de sociedade que se quer. As turmas são organizadas por faixa etária conforme quadro abaixo:

Faixa Etária	Denominação da Turma
Zero a 1 ano	Maternal I
1 ano até 1 ano e 11 meses	Maternal II
2 anos até 2 anos e 11 meses	Jardim I
3 anos até 3 anos e 11 meses	Jardim II
4 anos até 4 anos e 11 meses	Pré I
5 anos até 5 anos e 11 meses	Pré II

6.3 Ensino Fundamental

O Ensino Fundamental constitui uma etapa essencial da Educação Básica, marcada pela consolidação das aprendizagens, pela ampliação dos conhecimentos científicos, culturais e sociais e pelo fortalecimento da autonomia intelectual dos estudantes. Nesse percurso, o Colégio assume o compromisso de promover uma formação integral, que considere o desenvolvimento cognitivo, emocional, social e ético, preparando os estudantes para a continuidade dos estudos e para o exercício da cidadania.

A aprendizagem, compreendida como um processo contínuo e significativo, acontece na interação entre o estudante, o conhecimento e o meio. Conforme destaca Piaget (1998), o conhecimento é construído ativamente pelo sujeito a partir de suas interações com o meio, o que exige práticas pedagógicas que respeitem as fases do desenvolvimento e estimulem a curiosidade, a investigação e o pensamento crítico. Nessa perspectiva, o estudante é protagonista do seu aprender, sendo desafiado a refletir, questionar e atribuir sentido aos conteúdos trabalhados.

O papel do professor no Ensino Fundamental é central e insubstituível. Mais do que transmissor de conteúdo, atua como mediador do conhecimento, orientando, acompanhando e intervindo de forma intencional no processo educativo. Segundo destaca Vygotsky (2007), a aprendizagem ocorre nas interações sociais, sendo o professor o mediador do processo educativo, aquele que, com um olhar atento e sensível, identifica as potencialidades e necessidades dos estudantes, promovendo avanços por meio da mediação pedagógica e da zona de desenvolvimento proximal.

Ressalta-se a importância do planejamento, escuta, sensibilidade e compromisso ético, para que o processo de ensino e aprendizagem ocorram de maneira satisfatória. O professor, ao observar atentamente cada estudante, reconhece suas singularidades, ritmos e

modos de aprender, garantindo práticas inclusivas e equitativas. Conforme enfatiza Freire (1996), ensinar é um ato de amor, diálogo e responsabilidade, no qual educador e educando aprendem juntos em uma relação de respeito, escuta e construção coletiva do saber. Para Freire, não há ensino sem aprendizagem, nem aprendizagem sem reflexão crítica sobre a realidade.

Nesse sentido, o Ensino Fundamental fundamenta-se em práticas pedagógicas que valorizam o conhecimento científico aliado à vivência cotidiana, promovendo a interdisciplinaridade, o desenvolvimento de competências e habilidades e a formação de sujeitos críticos e conscientes. O professor, com seu olhar pedagógico atento e comprometido, é peça-chave na construção de uma educação significativa, humanizadora e transformadora, alinhada aos princípios e valores do Colégio.

No Ensino Fundamental a proposta pedagógica está voltada à construção do conhecimento com uma metodologia dinâmica e desafiadora, pautada na BNCC. Permite ao estudante aprender a pensar, a fazer, a conviver e a ser, relacionando às áreas do conhecimento científico, tecnológico e filosófico. Promove a capacidade de aprendizagem, possibilitando o desenvolvimento de competências e habilidades.

No processo de ensino e aprendizagem, a metodologia suscita significado aos conhecimentos contextualizados, fazendo com que o estudante se torne protagonista na construção do saber. A transversalidade é uma das maneiras de conexão dos componentes curriculares, as áreas de conhecimento e os temas sociais de forma globalizada, integrada e ordenada.

No **Ensino Fundamental Anos Iniciais** desenvolve-se o currículo de forma lúdica, criativa, concreta, estimulando a curiosidade, a socialização e os laços afetivos nas relações. Esta etapa tem como foco principal a valorização das experiências e vivências, a cooperação entre os estudantes e a literacia da leitura e da escrita, envolvendo todo o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionados à sua prática produtiva. Foca também na numeracia, referindo-se às habilidades de usar conhecimentos e competências matemáticas para lidar com as demandas lógicas do dia a dia, e na ampliação dos conhecimentos para a literacia digital, desenvolvendo a capacidade de utilizar, compreender e avaliar a tecnologia de forma crítica, ética e segura.

As atividades curriculares são trabalhadas de forma globalizada, sequencial e gradualmente aprofundadas como pré-requisitos para os anos posteriores. Nessa etapa, os estudantes encontram-se na fase das operações concretas e formais. Assim, respeita-se o

aspecto socioafetivo e as habilidades cognitivas próprias do momento evolutivo do estudante ao se fazer abordagens cognitivas significativas, traçando uma linha de continuidade e pontes entre o concreto e o abstrato, o cotidiano e o científico, o racional e o afetivo, o primário e o tecnológico e o individual e o coletivo.

Na promoção das capacidades dos estudantes, desenvolve-se uma prática educativa que considera o conhecimento um processo de construção do sujeito, feito através de sua interação com o meio, num ambiente de aprendizagem.

A BNCC exige a alfabetização até o segundo ano, proporcionando uma educação igualitária e facilitando o nivelamento entre os estudantes. Para que haja eficácia, a alfabetização deve ser o centro da atenção pedagógica nos dois primeiros anos. Assim, fortalece-se a construção de diferentes conhecimentos da Língua Portuguesa e vislumbra-se a autonomia e protagonismo frente à sua realidade, estimulando a participação em aula e maior socialização entre os estudantes.

O fomento ao desenvolvimento das competências e habilidades sugeridas na BNCC é prioridade e depende do planejamento de aula com intencionalidade pedagógica, estruturado de forma responsável pelos professores, fomentando percursos de aprendizagem criativos e comprometidos com o desenvolvimento do discente. As estratégias metodológicas devem valorizar os saberes prévios, as experiências e vivências de valores dos estudantes, promovendo o engajamento através de práticas que estimulem a criatividade e a cooperação, transformando o aprendizado colaborativo, empático e criativo.

Os Anos Iniciais do Ensino Fundamental representam uma etapa decisiva na trajetória escolar das crianças, pois é nesse período que se constroem as bases da alfabetização, do raciocínio lógico matemático, da linguagem, da compreensão de si e do outro, da convivência e do desenvolvimento socioemocional. É também o momento de aguçar a curiosidade intelectual e alargar horizontes temporais e geográficos. O Colégio assume, portanto, a responsabilidade de oferecer experiências de aprendizagem significativas, que respeitem o ritmo, a curiosidade e as singularidades de cada estudante.

Encaminha-se a aprendizagem, nessa fase, para que aconteça de forma progressiva e integrada, articulando o brincar, o experimentar, o observar e o refletir. A criança constrói o conhecimento a partir da ação sobre o meio, exigindo uma organização intencional dos tempos e espaços que favoreça a autonomia. Nesse contexto, as atividades são planejadas para estabelecer novas lógicas de relação e troca, sendo fundamental que as

práticas pedagógicas valorizem situações desafiadoras e contextualizadas. O ensino, assim, busca favorecer a descoberta, a investigação e a construção de sentidos, promovendo o prazer em aprender.

No Ensino Fundamental Anos Finais que compreende do 6º ao 9º Ano tem como objetivo a ampliação do conhecimento, pensamento crítico e autonomia. Os Anos Finais do Ensino Fundamental configuram-se como um período de aprofundamento das aprendizagens, de ampliação do repertório cultural e científico e de fortalecimento da autonomia intelectual e social dos estudantes. Nessa etapa, o Colégio tem o compromisso de promover uma formação que possibilite a compreensão crítica da realidade, preparando os estudantes para os desafios da vida em sociedade e para a continuidade dos estudos.

A aprendizagem nos Anos Finais é concebida como um processo ativo, reflexivo e contextualizado, que incentiva o estudante a investigar, argumentar, analisar e relacionar saberes. Busca-se fundamentos no que diz Piaget (1998), o desenvolvimento do pensamento lógico-formal amplia a capacidade de abstração, exigindo práticas pedagógicas que desafiem o estudante a construir hipóteses, resolver problemas e atribuir significado aos conhecimentos escolares.

O professor assume o papel de mediador do conhecimento e orientador do processo formativo, planejando situações de aprendizagem que promovam a reflexão crítica e o diálogo entre os diferentes saberes. A aprendizagem se fortalece nas interações sociais, e o professor, por meio de intervenções intencionais, amplia as possibilidades de desenvolvimento dos estudantes, respeitando seus ritmos e trajetórias.

O professor nos Anos Finais fundamenta sua prática metodológica no diálogo, na problematização da realidade e no estímulo à consciência crítica. Em todos os momentos, com um olhar atento e comprometido, reconhece o estudante como sujeito histórico e social, capaz de intervir no mundo de forma ética e responsável.

O currículo contempla as áreas de conhecimento organizadas e abordadas por componente curricular de forma interdisciplinar, com carga horária prevista na Base Curricular. As estratégias de aprendizagem são construídas a partir do Plano Curricular que está estruturado com competências conceituais e atitudinais com as habilidades necessárias a serem desenvolvidas no decorrer do processo formativo do estudante.

Assim, os Anos Finais do Ensino Fundamental orientam-se por práticas pedagógicas que valorizam o protagonismo juvenil, a interdisciplinaridade e o desenvolvimento de competências cognitivas e socioemocionais, reafirmando o papel do

professor como elemento central na construção de uma educação transformadora e socialmente comprometida.

6.4 Ensino Médio

As exigências do contexto do mundo globalizado, as novas tecnologias e as mudanças na produção de bens, serviços e conhecimentos exigem que os estudantes integrem-se ao mundo contemporâneo nas dimensões fundamentais da cidadania e do trabalho.

Pensar um novo currículo para o Ensino Médio supõe estar presentes estes dois fatores: as mudanças estruturais que decorrem da chamada “revolução do conhecimento”, alterando o modo de organização do trabalho e as relações sociais; e a expansão crescente da oferta, para atender a padrões de qualidade que se coadunem com as exigências desta sociedade.

No currículo do Ensino Médio encontra-se um instrumento de cidadania, que contempla conteúdos e estratégias de aprendizagem que capacita o ser humano para a realização de atividades nos três domínios da ação humana: a vida em sociedade, a atividade produtiva e a experiência subjetiva.

Nessa perspectiva, incorporam-se, como diretrizes gerais e orientadoras da proposta curricular, as quatro premissas da UNESCO, como eixos estruturais da educação na sociedade contemporânea:

- Aprender a conhecer

Considera-se a importância de uma educação geral, suficientemente ampla, com possibilidade de aprofundamento em determinada área de conhecimento.

O aumento dos saberes que permitem compreender o mundo favorece o desenvolvimento da curiosidade intelectual, estimula o senso crítico e permite compreender o real, mediante a aquisição da autonomia na capacidade de discernir.

Aprender a conhecer garante o aprender a aprender e constitui o passaporte para a educação permanente, na medida em que fornece as bases para continuar aprendendo ao longo da vida.

- Aprender a fazer

O desenvolvimento de habilidades e o estímulo ao surgimento de novas aptidões tornam-se processos essenciais, na medida em que criam as condições necessárias para o enfrentamento das novas situações que se colocam. Acreditamos que privilegiar a aplicação da teoria na prática e enriquecer a vivência da ciência na tecnologia e destas no social passa a ter uma significação especial no desenvolvimento da sociedade contemporânea.

- Aprender a viver

Aprender a viver juntos, convivendo, desenvolvendo o conhecimento do outro e com o outro, a percepção das interdependências, de modo a permitir a realização de projetos, ações comuns e a gestão dos conflitos.

- Aprender a ser

Este eixo pressupõe uma educação comprometida com o desenvolvimento integral da pessoa. Aprender a ser e formular os seus próprios juízos de valor, de modo a poder decidir por si mesmo, frente às diferentes circunstâncias da vida, exercitar a liberdade de pensamento, discernimento, sentimento e imaginação, no desenvolvimento de seus talentos.

Aprender a viver e aprender a ser decorrem das duas aprendizagens anteriores – aprender a conhecer e aprender a fazer – constituem ações permanentes na formação do educando como pessoa e como cidadão.

A partir desses princípios gerais, o currículo é articulado em torno de eixos básicos orientadores da seleção de objetos do conhecimento significativos, tendo em vista as competências e habilidades que desenvolvemos no Ensino Médio.

O eixo histórico-cultural dimensiona o valor histórico e social dos conhecimentos, considerando o contexto da sociedade em constante mudança, passando o currículo a ter garantia de validade e de relevância social.

O eixo epistemológico reconstrói os procedimentos envolvidos nos processos de conhecimento, assegurando sua eficácia e a abertura para novos conhecimentos.

No Ensino Médio, os estudantes potencializam competências e habilidades cognitivas necessárias para a continuidade dos estudos acadêmicos e tornam-se cidadãos conscientes e participativos.

O PPPP do Colégio em busca permanente de inovação, fundamentado nos atuais pressupostos da Educação, alinhado à BNCC é consolidado pelo Plano Curricular das Escolas Franciscanas.

A parceria com a Editora Somos Sistema de Ensino SA – Material Anglo, oferece aos estudantes o suporte teórico e as ferramentas necessárias para aprender a buscar informações, a comunicar-se, a compreender e agir, a saber, enfrentar e solucionar problemas, e participar, de forma solidária, na sua comunidade. Todas as ações motivam para que o estudante seja capaz de elaborar críticas ou propostas com atitude de aprendizado constante.

Os educadores são preparados, dedicados e comprometidos com o sucesso do estudante, valorizam a participação da família, espaço que ambos encontram para sugerir, apoiar, participar e acompanhar o processo de ensino-aprendizagem.

O Ensino Médio oferece Matriz Curricular que contempla todas as áreas do conhecimento e possui os pressupostos pedagógico-teóricos que fundamentam a ação da prática. Consolidam o currículo de forma transversal e integradamente: o Projeto de Vida, descobrindo suas potencialidades; o Projeto Opção, orientação para a escolha profissional e visitas a Universidades; o Projeto Primavera Cultural, protagonizando produções multiculturais; e o Projeto Vivenciar (Viagens de Estudos).

O trabalho desenvolvido no Ensino Médio investe para que os estudantes tenham excelentes resultados no ENEM e possibilite o ingresso nas melhores Universidades Federais, Estaduais e Particulares. A intencionalidade é formar profissionais plenamente inseridos na sociedade e comprometidos com a excelência humana.

Novo Ensino Médio

O Colégio Franciscano São José mantém-se atento às novas demandas e tendências educacionais, às exigências de atualização e à qualificação constante. Uma educação transformadora é direcionada ao desenvolvimento integral do estudante, isto é, prepara-o para além do mercado de trabalho, aspecto que também é próprio do carisma franciscano no modo de educar. Deparamo-nos com um mundo globalizado que nos coloca ante um novo desafio: aprender a conviver, a dialogar e a valorizar a diversidade humana, sendo o protagonista de sua história.

A Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, alterou dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996). Instituiu uma nova organização curricular, fundamentada na flexibilização, diversificação e integração das aprendizagens, com vistas à ampliação das oportunidades formativas e à adequação às demandas contemporâneas da sociedade, do mundo do trabalho e do exercício da cidadania. O Ensino Médio tem como documento regulador a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – Etapa Ensino Médio, homologada em 2018, e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), estabelecidas pela Resolução CNE/CP nº 3, de 21 de novembro de 2018, complementadas pelo Parecer CNE/CEB nº 5/2020.

Os currículos do Ensino Médio são compostos por dois blocos articulados e indissociáveis:

- a) A Formação Geral Básica - FGB:** componentes curriculares comuns e obrigatórios, divididos nas quatro grandes áreas do conhecimento – Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas;
- b) Os Itinerários Formativos - IFs:** elaborados em consonância com a FGB, são componentes obrigatórios ou eletivos que possibilitam ao estudante o aprofundamento de suas habilidades.

No período subsequente à implementação das alterações introduzidas pela Lei nº 13.415/2017, intensificaram-se os debates sociais, pedagógicos e técnicos acerca da efetividade, da equidade e das condições de implementação do modelo do Ensino Médio. Diante desse contexto, o Ministério da Educação instituiu, por meio da Portaria MEC nº 399, de 8 de março de 2023, um processo participativo de avaliação e reestruturação da Política Nacional de Ensino Médio, envolvendo gestores, educadores, estudantes, entidades representativas e especialistas da área educacional.

Como resultado desse amplo processo de escuta e análise, foi sancionada a Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024, que altera dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e redefine parâmetros estruturantes do Ensino Médio. A Lei nº 14.945/2024 institui ajustes de ordem curricular e organizacional, reafirmando a centralidade da Formação Geral Básica, estabelecendo diretrizes mais claras para os itinerários formativos e orientando a implementação progressiva do novo arranjo curricular pelas redes e instituições de ensino.

A ampliação da carga horária destinada à Formação Geral Básica- FGB, fixada em 1.800 (mil e oitocentas horas) para 2.400 (duas mil e quatrocentas) horas ao longo dos três anos do curso.

A ampliação da carga horária destinada ao Itinerários Formativos - IFs, fixada em 1.200 (mil e duzentas) para 600 (seiscentas) horas ao longo dos três anos do curso. Além disso, ocorre a reconfiguração dos Itinerários Formativos, priorizando a integração interdisciplinar e a equidade na oferta entre as redes de ensino.

Observa-se que no âmbito do Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul, a regulamentação e o acompanhamento da implementação do Novo Ensino Médio são de competência do Conselho Estadual de Educação (CEED/RS), conforme o disposto na Constituição Estadual e na Lei Estadual nº 9.672/1992. O CEED/RS emitiu importantes referenciais normativos que orientam as instituições de ensino quanto à organização curricular, à carga horária e aos processos avaliativos, destacando-se:

Resolução CEED/RS nº 340/2018, que define as Diretrizes Curriculares para a oferta do Ensino Médio no Sistema Estadual de Ensino no Estado do Rio Grande do Sul;

Resolução CEED/RS nº 345/2018, que regulamenta a implementação do Novo Ensino Médio no sistema estadual, definindo princípios, procedimentos e prazos de transição;

Resolução CEED/RS nº 385/2025, que institui as normas complementares para a oferta do Ensino Médio e suas modalidades no Sistema Estadual de Ensino do RS, a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio;

A nova proposta para o Ensino Médio visa ser um tempo de consolidação das aprendizagens construídas ao longo da caminhada escolar, garantindo a construção do conhecimento acadêmico impulsionando o estudante para o ingresso ao Ensino Superior; e também a escolher um caminho de realização pessoal e profissional. Destaca-se que a implementação ocorre de maneira gradual nos dois momentos de readequação das matrizes curriculares.

O Colégio Franciscano São José organiza as áreas de conhecimento da FGB em componentes curriculares, tendo em vista o desenvolvimento transversal de temas emergentes e os exigidos pela legislação, assim como abordagem interdisciplinar das habilidades e competências a partir da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, do Referencial Curricular Gaúcho – RCG e do Plano Curricular dos Colégios Franciscanos.

Na implementação da Matriz Curricular 2023-2025 do Colégio Franciscano São José, estão compreendidas para a FGB 1.800 (mil e oitocentas horas) e para os Itinerários Formativos 1.200 (mil e duzentas) horas ao longo dos três anos do curso. Para os IFs estão compreendidos o Projeto de Vida, Eu Cientista, Escrita Criativa, Criação Artística, Meu Ensino Superior, Planetários e o Calcula Aí.

Na implementação da Matriz Curricular 2025-2027 do Colégio Franciscano São José, estão compreendidas para a FGB 2.400 (mil e oitocentas horas) e para os Itinerários Formativos de Aprofundamento 600 (seiscentas) horas ao longo dos três anos do curso. Para os Itinerários Formativos de Aprofundamento - IFAs estão compreendidos o Projeto de Vida, Ciências da Natureza e suas tecnologias, Matemática e suas tecnologias, Linguagens e suas tecnologias e, Ciências Humanas e sociais aplicadas, atendendo à especificidade das quatro áreas de conhecimento.

Nesse contexto, a implementação do Ensino Médio pauta-se pelo cumprimento rigoroso das normativas da legislação Federal, Estadual e Municipal, alinhadas ao CEEEd/RS, pela aderência à BNCC e às DCNEM, e pela fidelidade à identidade educativa franciscana, que valoriza a formação ética, crítica e solidária. O Plano Curricular considera o diálogo entre formação acadêmica, humana e espiritual, assegurando a unidade entre os princípios legais e o projeto educativo institucional.

7 SISTEMA DE AVALIAÇÃO

7.1 Educação Infantil

As crianças, nas diferentes fases etárias da Educação Infantil, apresentam características peculiares, vivenciam situações e interagem com os objetos do mundo físico. Seu desenvolvimento acontece de forma muito rápida e a cada minuto elas realizam novas conquistas, ultrapassam expectativas e surpreendem.

A observação e o registro se constituem nos principais instrumentos de que o educador dispõe para apoiar sua prática. Por meio deles objetiva-se registrar, contextualmente, os processos de aprendizagem das crianças; a qualidade das interações estabelecidas com outras crianças, funcionários e com ele; acompanhar os processos de desenvolvimento obtendo informações sobre as experiências das crianças. Os mesmos fornecem uma visão mais profunda das crianças.

A observação é registrada de várias formas pelos educadores. A escrita é, sem dúvida, a mais comum e acessível. O registro diário de suas observações, impressões e ideias compõem um rico material de reflexão e ajuda para o planejamento educativo. Outras formas de registro também são consideradas: a gravação em áudio e vídeo, produções das crianças ao longo do tempo, fotografias e outros.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, sancionada em dezembro de 1996, estabelece, na Seção II, referente à educação infantil, artigo 31 que: "... a avaliação far-se-á mediante o acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental".

A avaliação, nessa etapa, é processual e destinada a auxiliar o processo de desenvolvimento, fortalecendo a autoestima das crianças.

A avaliação é entendida, prioritariamente, como um conjunto de ações que auxiliam o educador a refletir sobre as condições de aprendizagem oferecidas e ajustar sua prática às necessidades colocadas pelas crianças. É um elemento indissociável do processo educativo que possibilita ao educador definir critérios para planejar as atividades e criar situações que gerem avanços na aprendizagem das crianças. Tem como função acompanhar, orientar, regular e redirecionar esse processo como um todo.

No que se refere às crianças, a avaliação permite que elas acompanhem suas conquistas, suas dificuldades e suas possibilidades ao longo de seu processo de desenvolvimento, compartilhando com elas as observações que sinalizam avanços e possibilidades.

A avaliação é um excelente instrumento para que possamos estabelecer prioridades para o trabalho educativo, identificando pontos que necessitam de maior atenção e reorientação da prática, em consonância com os princípios educativos que elegemos. É realizada de forma sistemática e contínua, tendo como objetivo principal a melhoria da ação educativa. Os pais têm o direito e o dever de acompanhar o processo de aprendizagem de suas crianças, inteirando-se dos avanços e conquistas, compreendendo os objetivos e as ações desenvolvidas.

Semestralmente é realizada a avaliação com a presença dos pais e a educadora. Momento muito importante onde ocorre a partilha das observações, registros, avanços e construções que cada criança apresentou durante o período, buscando uma parceria e ações comuns entre família e o Colégio, auxiliando cada um em suas possíveis necessidades e características individuais. A educadora, por meio de um Relatório de Avaliação que

abrange todas as áreas trabalhadas nessa fase da criança, exemplifica concretamente como ocorre o processo de desenvolvimento da criança em seus avanços, e também nos aspectos que ainda necessitam de maior estímulo e acompanhamento.

Para auxiliar neste processo, contamos com o trabalho da Psicóloga Educacional que, por meio de observações e atendimentos individuais e das famílias, pontuam aspectos importantes de cada estudante e quando necessário, realiza encaminhamentos levando em consideração suas dificuldades e avanços.

Na concretização dessa proposta de avaliação, levamos em consideração alguns princípios fundamentais:

- perceber a realidade das crianças como ponto de partida para o trabalho, reconhecendo sua diversidade;
- observar as ações e as interações entre as crianças, valorizando esses momentos como fundamentais para a construção do grupo e de sua identidade;
- acreditar nas possibilidades que todas as crianças têm de se desenvolver e crescer, promovendo a construção de sua autoimagem positiva;
- propor atividades significativas e prazerosas, incentivando a exploração, a descoberta, a criatividade e a criticidade;
- incentivar e enfatizar a participação e a ajuda mútua, possibilitando a construção da autonomia e da cooperação; e
- promover o envolvimento da família para auxiliar a criança no seu desenvolvimento.

A avaliação é realizada numa dimensão integral, promovendo o desenvolvimento da identidade e da autonomia de cada criança, relacionando e valorizando o processo de socialização.

7.2 Ensino Fundamental Anos Iniciais

Do 1º ao 3º Ano a avaliação está integrada a todo processo educacional e é entendida como principal fonte de informação e referência para a (re)formulação de ações pedagógicas que visem à formação do estudante. E tem funções básicas:

- determinar em que medida as finalidades educativas estão sendo concretizadas;
- acompanhar o desenvolvimento dos estudantes nos aspectos cognitivos, culturais, sociais, biológicos e afetivos, para diagnosticar as dificuldades encontradas e avançar no processo de aprendizagem;

- estimular o crescimento individual do estudante, levando-o a desenvolver a capacidade de autoavaliar-se; e
- pautar, basicamente pela observação, o acompanhamento, registro e reflexão acerca da ação e do pensamento das crianças, de suas diferenças culturais e de evolução, diálogo com a criança e os pais ou responsáveis, processo embasador do repensar do educador sobre o seu fazer pedagógico.

Instrumentos de avaliação:

- a) Observação** do desempenho dos estudantes, com registros e subsídios para a construção do parecer de avaliação individual;
- b) Parecer Pedagógico** com periodicidade semestral e partilhado com as famílias. Nele constam registros da prática pedagógica desenvolvida, contemplando o movimento do processo, relatando a sua evolução nos vários aspectos (cognitivo, motor, afetivo);
- c) Autoavaliação** no cotidiano da sala de aula, a partir dos Compromissos de Turma;
- d) Atendimento às famílias** ocorre semanalmente, por solicitação da presença da família ou quando ela necessita o atendimento em função do desempenho do estudante;
- e) Pré-Conselho** momento em que os educadores, Coordenação Pedagógica e a Orientação Educacional realizam a avaliação a partir dos resultados do desempenho semestral de cada estudante, registrando em Ficha Cumulativa de Acompanhamento.
- f) Conselho de Classe Participativo** - momento em que pais comparecem, em horário marcado e, juntamente com educadores e estudantes, tomam ciência do resultado do desempenho na forma de parecer, o qual é expresso na Ficha Cumulativa de Acompanhamento analisando avanços, dificuldades e propondo encaminhamentos necessários.

Do 1º ao 3º Anos, o rendimento escolar **não** tem caráter de retenção na expressão dos resultados, e sim de promoção. O estudante segue nos três primeiros anos em sequência lógica, sem interrupção. A promoção do estudante é automática e o seu resultado é expresso por “A” de aprovado.

No **4º e 5º Ano** o processo de avaliação envolve as Áreas de Conhecimento e seus componentes curriculares trabalhados que compõem o Plano de Estudos e constam na Matriz Curricular.

O processo ocorre considerando-se:

- o aproveitamento das aulas na participação, na atenção, na concentração, no trabalho coletivo e na responsabilidade;
- o desempenho nos trabalhos avaliativos de cada semestre;
- a realização efetiva dos estudos em casa (tema, revisão, leitura do livro literário e aprofundamento);
- os resultados dos Estudos de Recuperação; e
- os registros na Ficha Cumulativa de Acompanhamento encaminhada ao Pré-Conselho.

O Pré-Conselho é o momento em que os educadores, Coordenação Pedagógica e a Orientação Educacional realizam a análise da avaliação do desempenho semestral de cada estudante nos componentes curriculares, registrando os resultados em Ficha Cumulativa de Acompanhamento, com encaminhamento ao Conselho de Classe.

O Conselho de Classe é o momento em que os educadores, coordenação pedagógica e orientação educacional analisam o resultado do desempenho de cada estudante expresso na forma de notas que consta na Ficha Cumulativa de Acompanhamento emitida pelo Pré-Conselho apontando avanços, dificuldades e propondo encaminhamentos necessários.

Os resultados da avaliação são expressos, semestralmente, na forma de nota, por Componente Curricular, numa escala de 1 (um) a 10 (dez) levando-se em consideração os meios e os décimos.

A comunicação dos resultados ocorre por meio do Relatório de desempenho de estudante.

7.3 Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio

O processo de avaliação é realizado envolvendo as áreas do conhecimento e seus componentes curriculares, conforme Matriz Curricular, considerando-se:

- o aproveitamento das aulas na participação, na atenção, na concentração, no trabalho individual/coletivo e na responsabilidade;
- o desempenho nos Trabalhos Avaliativos em cada semestre, com objetivos, nota e parecer;
- os Estudos de Recuperação Paralela;

- a realização efetiva dos estudos em casa (tema, revisão, leitura do livro literário e aprofundamento);
- a autoavaliação do estudante inerente à convivência e ao desempenho escolar, no semestre; e
- os registros na Ficha Cumulativa de Acompanhamento ao Conselho de Classe.

O **Conselho de Classe** é o momento em que a Direção Geral, a Direção Pedagógica, a Coordenação Pedagógica, a Orientação Educacional e os Educadores realizam a avaliação do desempenho semestral de cada estudante a partir dos registros da Ficha Cumulativa de Acompanhamento, dados de aproveitamento em cada componente curricular, autoavaliação do estudante e outras informações da família e da equipe multidisciplinar.

As considerações do Conselho de Classe são pontuadas em Ata própria, e o resultado do aproveitamento do estudante no Conselho de Classe é registrado em Fichas Cumulativas de Acompanhamento e no Relatório de Desempenho Escolar.

A expressão dos resultados do desempenho escolar do estudante ocorre por meio físico e digital. Semestralmente as famílias são convidadas para um momento de diálogo com a equipe pedagógica e nesse momento é entregue o Relatório de desempenho do estudante, sendo analisados os avanços e dificuldades e propondo alternativas de solução e/ou outras ponderações pedagógicas.

7.4 Composição das Avaliações Semestrais e Final

Do 4º Ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais ao 3ª Série do Ensino Médio

O processo de avaliação é realizado envolvendo as Áreas de Conhecimento e seus Componentes Curriculares, com ênfase na dimensão cognitiva e formativa. O professor realiza a avaliação da aprendizagem dos objetos do conhecimento trabalhados e programados no semestre com instrumentos elaborados por ele, em todos os componentes curriculares, atendendo os pressupostos pedagógicos e metodológicos e em conformidade com as orientações do Projeto Político Pedagógico Pastoral.

Avaliam-se globalmente os estudantes com instrumentos e propostas que envolvem questões de níveis variados (básico, operacional e global) de forma articulada e

interdependente, considerando as competências e as habilidades cognitivas, de acordo com o que foi trabalhado em sala de aula e em diferentes ambientes de aprendizagem.

O aproveitamento é registrado no diário de classe no sistema digital do Colégio e pode ser acompanhado pelo estudante e sua família. O resultado de cada avaliação é disponibilizado no sistema digital após 7 (sete) dias úteis de sua aplicação. A organização da composição das notas e da avaliação corresponde a dois semestres anuais.

A expressão dos resultados da avaliação é representada sob a forma de notas, na escala de valores de 1,0 (um) a 10 (dez), levando-se em consideração os meios e os décimos.

Cada semestre é composto por 3 (três) avaliações: AV1, AV2 e AV3. Cada avaliação (AV1, AV2) tem peso 10,0 (dez) e corresponde a Trabalhos Avaliativos com questões objetivas e/ou discursivas. A avaliação (AV3) tem peso 10,0 (dez) e compreende trabalhos, apresentações, seminários, Projeto Transversal e Interdisciplinar, exposições, trabalhos orais e escritos, pesquisas, relatórios, atividades presenciais e pela plataforma plurall. O simulado é computado em até 1,5 pontos⁶, sendo acrescido na média da AV3, totalizando 10 (dez) pontos.

O Aproveitamento Anual é obtido por meio da soma dos Aproveitamentos Semestrais Finais (dois semestres) dividido por 2 (dois). É considerado aprovado o estudante que atingir nota equivalente ou superior a 7,0 (sete) no Aproveitamento Anual.

O estudante que não obtiver Aproveitamento Semestral Final após Estudos de Recuperação Semestral, igual ou superior a nota 7,0 (sete) deve, obrigatoriamente, realizar Estudos de Recuperação Anual, oferecida pelo Colégio como uma nova oportunidade de revisão do componente curricular. É considerado aprovado a ingressar na série seguinte o estudante que:

- **sem Estudos de Recuperação Final**, obtiver Aproveitamento Anual Final igual ou superior a 7,0 (sete);
- **com Estudos de Recuperação Final**, atingir nota mínima 7,0 (sete) como resultado da soma dos Aproveitamentos Semestrais Finais, dividida por 2 (dois), mais a nota dos Estudos de Recuperação Final, com **peso máximo 3,0** (três), que deverá ser igual ou superior a 7,0 (sete).

⁶ Proporção de aproveitamento do Simulado: de 0% a 40% - 0,5 ponto; de 41% a 70% - 1,0 ponto; de 71% a 100% - 1,5 pontos.

Ao final de cada semestre é oferecida oportunidade de Estudos de Recuperação Semestral, com a avaliação do aproveitamento de cada componente curricular, realizada pelos estudantes que não obtiveram aproveitamento correspondente à nota 7,0 (sete) durante o semestre. É organizada pelos professores, de acordo com os critérios do componente curricular, considerando os conteúdos desenvolvidos ao longo de todo o semestre.

O Aproveitamento dos Estudos de Recuperação Semestral é somado ao Aproveitamento Semestral e dividido por 2 (dois), quando o Aproveitamento da Recuperação for superior ao Aproveitamento Semestral. Caso contrário, o Aproveitamento Semestral Final será representado como Aproveitamento Semestral e a nota dos Estudos de Recuperação desconsiderada, permanecendo sempre a maior nota. O resultado obtido constitui-se no Aproveitamento Semestral Final, registrado nos assentamentos correspondentes (registro no diário de classe e relatório de desempenho de estudante no sistema online).

Nos **Itinerários Formativos de Aprofundamento do Ensino Médio** a avaliação ocorre por meio da competência específica da área de conhecimento e as habilidades desenvolvidas semestralmente. O Itinerário Formativo de Aprofundamento é concluído a partir do desenvolvimento satisfatório das habilidades selecionadas e vinculadas à competência geral. A expressão dos resultados da avaliação é representada sob a forma de conceitos:

- a) Desenvolvimento Satisfatório (DS):** desenvolvimento pleno das habilidades e competências propostas para o período letivo;
- b) Desenvolvimento Parcial (DP):** desenvolvimento parcial das habilidades e competências propostas para o período letivo;
- c) Desenvolvimento Restrito (DR):** desenvolvimento insatisfatório das habilidades e competências propostas para o período letivo.

A verificação do aproveitamento escolar nos Itinerários Formativos de Aprofundamento, ocorre por meio de instrumentos próprios, que expressam o nível de desempenho do estudante nas áreas do conhecimento e seus componentes curriculares, indicando avanços, possibilidades, dificuldades ou necessidades em seu desenvolvimento integral. Esses instrumentos elaborados pelo professor são utilizados com a finalidade de acompanhar e verificar o rendimento no processo, em uma concepção de avaliação que privilegia a aprendizagem.

7.5 Estudos de Recuperação

Ao longo do processo ensino-aprendizagem é oferecido, em caráter obrigatório, Estudos de Recuperação de forma contínua e paralela sempre que o estudante não atingir aproveitamento mínimo exigido. Ao final de cada semestre é oferecido Estudos de Recuperação, constituída por atividades complementares de revisão e nova avaliação do aproveitamento.

No período de Estudos de Recuperação, os estudantes que não atingiram aproveitamento suficiente têm oportunidade de revisar e aprofundar os objetos do conhecimento que não conseguiram assimilar e apresentaram dificuldades. As atividades são organizadas pelos professores, considerando o que foi desenvolvido no semestre.

A nota dos Estudos de Recuperação é considerada se o resultado for superior ao representado pelo Aproveitamento Semestral. Se a nota for inferior ao aproveitamento semestral, o estudante permanece em recuperação na forma contínua do processo paralelo.

No final do ano letivo, os estudantes que não obtiverem Aproveitamento Anual correspondente à nota 7,0 (sete), após o encerramento do segundo semestre têm a oportunidade de realizar Estudos de Recuperação Final, com aulas de revisão dos conteúdos básicos de cada semestre e avaliação.

No Itinerário Formativo de Aprofundamento que o estudante não obtiver como aproveitamento final - Desenvolvimento Satisfatório (DS) - terá oportunidade de realizar Estudos de Recuperação Anual.

7.6 Aulas Complementares

Durante o ano letivo são oferecidas no turno inverso à escolarização regular, Aulas Complementares para estudantes de 1º ao 5º Ano, com o objetivo de sanar dificuldades de aprendizagem e esclarecer dúvidas nos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática. Os estudantes que precisam participar recebem um comunicado e após a autorização da família com a devida assinatura, participam da aula complementar.

São aspectos fundamentais para que o estudante frequente as aulas complementares: a assiduidade, o esforço e a participação. O professor do componente curricular é responsável pela indicação e permanência do estudante.

7.7 Simulados

Os simulados tem o objetivo de avaliar os estudantes no processo pedagógico de acordo com o conteúdo trabalhado nas áreas de conhecimento e preparar para participar de exames formais.

Os simulados são ferramentas importantes para que o estudante possa se familiarizar com a linguagem das questões objetivas e aprender a gerenciar o tempo de prova desde o Ensino Fundamental Anos Iniciais até o Ensino Médio. Os simulados têm seus conteúdos adequados de acordo com o público ao qual se destina e alinhado ao material didático e os Planos de Estudos dos cursos.

8 TURNO INVERSO

Diante do contexto econômico atual, das exigências do mundo do trabalho e dos desafios enfrentadas pelas famílias, oferece-se de forma opcional, atividades lúdicas-educativas, no turno da manhã, para as crianças e os estudantes da Educação Infantil ao 4º Ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais, auxiliando e complementando o desenvolvimento de habilidades e competências, ampliando o tempo pedagógico de permanência e aprendizagem, proporcionando tranquilidade e segurança para as famílias no cuidado, educação e atendimento às crianças e os estudantes. Tem-se por finalidade proporcionar práticas educativas nas áreas cognitiva, psicomotora, cultural, afetiva e de espiritualidade, visando o desenvolvimento integral da criança e do estudante por meio de atividades lúdicas, esportivas, recreativas e culturais.

Envolvem-se em atividades multidisciplinares por meio de diversas “vivências” desenvolvidas pelas professoras e monitoras para o aprimoramento dos aspectos psicomotores, afetivos e cognitivos e divertem-se com as programações especiais, passeios e agenda cultural. As “vivências” ocorrem diariamente, de acordo com o cronograma de atividades e ambiente de cada turma, e são descritas a seguir:

Hora do conto e narração de histórias: A hora do conto é um momento rico em aprendizado, onde as crianças desenvolvem a concentração, a memória e a capacidade de interpretar diferentes perspectivas. Contribui para a formação de valores como a amizade, a cooperação e o respeito ao próximo, também para criar o hábito da leitura, podendo ser realizada pelas professoras ou pelas crianças.

Psicomotricidade: As atividades propostas visam oferecer às crianças um ambiente estimulante para o desenvolvimento integral. Por meio de experiências que envolvem o movimento, a organização de espaços e a exploração sensorial, busca-se promover a aquisição de habilidades motoras, consciência corporal e autonomia. Nesse contexto, as crianças são convidadas a participar ativamente da construção de seu aprendizado, desenvolvendo noções de lateralidade e explorando suas potencialidades de forma lúdica e criativa.

Espaço de vivência e criação: É um ambiente propício para o desenvolvimento integral da criança, onde pode explorar, experimentar e construir seu conhecimento de forma lúdica e significativa. Nesses espaços, a imaginação flui livremente, estimulando a criatividade e a autonomia.

Espaço de experimentação: Por meio do contato com diferentes materiais de diversas naturezas e texturas, os estudantes interagem com o mundo e o conhecem. Realizar experimentações sensoriais e cognitivas. Ao realizar as atividades observam, formulam hipóteses e tiram conclusões. As crianças são “cientistas” por natureza, para isso, instiga-se o aprender pela teoria e pela experiência.

Jogos Cooperativos: Os jogos cooperativos valorizam o processo de colaboração e a construção de relações positivas. Nesses jogos há um grupo unido em busca de um objetivo comum. Através de desafios que exigem a participação de todos, as crianças desenvolvem habilidades sociais e emocionais, como empatia, comunicação e resolução de conflitos, aprendendo a superar dificuldades e a celebrar as conquistas em conjunto.

Jogos Lógicos: Os jogos de raciocínio lógico desempenham um papel fundamental no desenvolvimento cognitivo, estimulando a mente e promovendo habilidades essenciais para a resolução de problemas. A prática regular desses jogos pode melhorar a capacidade de análise e a agilidade mental, tornando-se uma ferramenta valiosa para o crescimento intelectual das crianças.

Oficina de artes: Atividades pensadas para promover a expressão artísticas e a criatividade das crianças, fazendo parte do desenvolvimento integral, ajudando a explorar o mundo ao seu redor e fortalecer os seus potenciais. São atividades lúdicas pensadas através de diferentes formas de expressão, como desenho, colagem, pintura, música, dança e teatro. Promove o desenvolvimento socioemocional, ao trabalharem em equipe, compartilhando materiais, ideias e aprendendo a resolver conflitos.

Oficina de filosofia: Cria uma comunidade de investigação. Utiliza-se de histórias para a problematização. Após a leitura, os estudantes são provocados a realizar o levantamento dos temas e assuntos identificados no texto para serem trabalhados. Pensar sobre valores, regras. Desenvolver o hábito da escuta, da fala direcionada. Refletir sobre o pensamento e a melhor forma de ordená-lo para emitir opiniões e posicionar-se com autonomia e segurança. Elaborar boas perguntas e buscar respostas. O diálogo investigativo é o ponto central.

Robótica educacional: A robótica educacional, através de montagens livres e direcionadas, estimula o desenvolvimento integral das crianças. Ao construírem robôs com blocos de montar, os pequenos exploram conceitos de engenharia, matemática e física de forma lúdica e divertida. Essa abordagem prática desenvolve habilidades como a criatividade, a resolução de problemas e o trabalho em equipe.

Laboratório de Matemática: Através deste espaço as crianças têm a oportunidade de explorar os conceitos matemáticos de forma lúdica e significativa. As atividades do laboratório exigem que as crianças usem a lógica para resolver problemas e tomar decisões. O ambiente lúdico e colaborativo do laboratório ajuda as crianças a superarem as suas dificuldades e a desenvolverem uma atitude positiva em relação à matemática.

Exploração de leitura e escrita: A leitura e a escrita estimulam o desenvolvimento de diversas habilidades cognitivas, como a memória, a atenção, a concentração e o raciocínio lógico. Nestes momentos são oportunizadas atividades, jogos e registros para a ampliação do vocabulário das crianças de maneira lúdica instigando a imaginação e a oralidade.

Laboratório de informática: Aprender a utilizar as funções básicas do computador, utilizando os equipamentos eletrônicos de maneira consciente. São realizadas pesquisas dos temas e assuntos trabalhados com os estudantes. Momento para aprender a buscar informações. Possibilidade de utilizar jogos pedagógicos para aprendizado. Programas como Word, Paint, Youtube estarão disponíveis para fortalecer o aprendizado.

Brincar livre: Auxilia no processo de socialização e autonomia. As crianças por livre iniciativa organizam as brincadeiras e criam as regras que deverão ser seguidas durante a atividade. Precisam organizar e cuidar dos espaços brincantes criados pelos próprios estudantes. Momento de descontração que possibilita interagir com os colegas e

resolver os problemas através do diálogo e empatia. A expressão corporal e o movimento estão presentes.

Brincadeiras direcionadas: As brincadeiras são fundamentais para o desenvolvimento integral da criança, tanto físico quanto cognitivo e social. Através delas, as crianças exploram o mundo ao seu redor, aprendem novas habilidades, desenvolvem a imaginação e interagem com outras pessoas. As brincadeiras contribuem para o desenvolvimento da memória, da atenção, da concentração, da resolução de problemas e da criatividade. Nestes momentos as professoras irão direcionar as atividades coletivas e individuais.

As atividades são realizadas em salas e espaços organizados e orientados pela professora, favorecendo a convivência com crianças de diferentes idades. A frequência do estudante não é obrigatória, e a família pode optar pelo plano de frequência de 3 a 5 (três a cinco) dias na semana, bem como pelos serviços de alimentação na Cantina do Colégio.

9 ATIVIDADES EXTRACURRICULARES

Durante o ano letivo atividades extracurriculares são desenvolvidas com o objetivo de potencializar habilidades e competências, visando a formação integral do estudante. Algumas atividades são oferecidas sem custos e outras terceirizadas, com custo adicional. As atividades disponibilizadas são as seguintes:

Robótica Educacional: Ensino Fundamental Anos Iniciais a partir do 2º ano e Ensino Fundamental Anos Finais

Escolinha de Futsal e Vôlei: Ensino Fundamental Anos Iniciais ao Ensino Médio

Escolinha de Xadrez: Ensino Fundamental Anos Iniciais e Ensino Fundamental Anos Finais

Ballet: Educação Infantil a partir do Jardim II e Ensino Fundamental Anos Iniciais até o 5º ano

Iniciação Desportiva/Futsal: Educação Infantil a partir do Jardim II até o 1º ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais

Judô Escolar: Ensino Fundamental Anos Iniciais a partir do 2º ano

Turno Inverso: Educação Infantil a partir do Jardim II e Ensino Fundamental Anos Iniciais

PES: *English Solution Programs* - Educação Infantil a partir do Pré II ao Ensino Fundamental Anos Finais

Infância e Adolescência Missionária- Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais.

Juventude Missionária: Ensino Fundamental Anos Finais a partir do 9º ano e Ensino Médio.

10 POSITIVO ENGLISH SOLUTION

A Língua Inglesa passou de diferencial a essencial no mundo de hoje. Buscando cada vez mais corresponder às demandas do universo global e às necessidades da comunidade escolar, a partir de 2020, o Colégio está proporcionando aos estudantes um programa ousado e inovador que está presente em 147 escolas do país.

O material didático utilizado é internacionalmente produzido em parceria com a Cambridge University Press, promove atividades que trabalham com as quatro habilidades fundamentais para o aprendizado de língua adicional: speaking (fala), listening (compreensão auditiva), reading (leitura), writing (escrita). Além do material, o programa oferece assessoria especializada de profissionais da sede de Curitiba, durante todo o processo, e exames internacionais de proficiência de Cambridge Assessment English.

Esse programa visa formar estudantes bilíngues e é oportunizado no **contraturno** aos estudantes/crianças do Pré II da Educação Infantil ao 9º Ano do Ensino Fundamental.

Estudantes de Pré II e 1º Ano tem duas (2) horas aulas semanais repletas de atividades lúdicas e brincadeiras, consideradas as especificidades do universo infantil. Os estudantes do 2º ao 5º Ano têm três (3) horas semanais, nas quais trabalham a oralidade em conjunto com a iniciação à escrita e à leitura em inglês. Já aos estudantes do 6º ao 9º Ano é oferecido (4) horas semanais. Para estes, foi realizado um teste diagnóstico que determinou a formação das turmas. Os estudantes desse nível aprofundam o estudo do idioma para desenvolver as quatro habilidades essenciais da proficiência em inglês, já citadas.

Com o Positivo English Solution – PES, os estudantes interagem fácil e rapidamente com a Língua Inglesa, estudando em espaços adequados e equipados para esse fim, no próprio Colégio.

11 BRINCANDO NAS FÉRIAS

O Colégio oferece, no período de férias escolares, o “**Brincando nas Férias**”, com o objetivo de oportunizar atividades de lazer, entretenimento e convivência para crianças que frequentaram a Educação Infantil durante o ano (Maternal a Pré II) e para os estudantes novos, do Jardim I ao 1º Ano do Ensino Fundamental, matriculados para o ano em curso.

As atividades acontecem em determinado período (cronograma), no prédio da Educação Infantil, das 13h30min às 17h30min.

A matrícula é confirmada com assinatura do contrato e o pagamento dos valores contratados

12 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Tendo em vista a procura por matrículas de estudantes que apresentam necessidades especiais e dificuldades na aprendizagem e atendendo o que prevê prescrições legais vigentes consolidadas com orientações da Mantenedora, busca-se uma organização didático-pedagógica que tem como centro das atividades a promoção do estudante como pessoa, um cidadão em formação.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008, tem como objetivo garantir o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na escola regular, orientando para a transversalidade da educação especial, o atendimento educacional especializado, a continuidade da escolarização, a formação de professores, a participação da família e da comunidade, a acessibilidade e a articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

A Resolução CNE/CEB nº 4/2009, institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, dispondo, no art. 3º, que a educação especial se realiza em todos os níveis, etapas e modalidades, tendo esse atendimento como parte integrante do processo educacional.

Esse atendimento constitui oferta obrigatória pelos sistemas de ensino para apoiar o desenvolvimento dos alunos, público alvo da educação especial, em todas as etapas, níveis e modalidades, ao longo de todo o processo de escolarização. O acesso ao Atendimento Educacional Especializado - AEE constitui direito do estudante público alvo do AEE, cabendo à escola orientar a família e o estudante quanto à importância da participação no atendimento.

Sendo assim, em todas as etapas de ensino, proporciona-se atendimento aos estudantes com dificuldades de aprendizagem e necessidades especiais. Complementando o atendimento regular, coloca à disposição um profissional auxiliar em sala de aula. As ações e atividades são programadas pelo titular do componente curricular, da etapa e turma, conjuntamente previstas e revistas com o profissional auxiliar. O plano de trabalho visa o desenvolvimento de habilidades e talentos, observadas as necessidades, os interesses e as condições individuais do estudante, promovendo a conquista e o exercício da autonomia.

Os estudantes com necessidades especiais recebem atendimento em classe regular com o apoio dos serviços multiprofissionais existentes, com a Orientação Educacional, Psicologia Educacional e atendimento da professora de AEE na Sala de Recursos Multifuncionais.

O AEE é de fundamental importância considerando que trabalha as reais necessidades do estudante, respeitando os ritmos de aprendizagem e as peculiaridades de cada um, desenvolvendo a autonomia e favorecendo a compreensão de conhecimentos relacionados à aplicação de situações de vida diária, contribuindo para o desenvolvimento das potencialidades de cada estudante proporcionando a aquisição de habilidades inter e intrapessoais, disponibilidade permanente para aprender, facilitando a caminhada ao saber, contribuir para que construa gradualmente os seus conhecimentos, pelos processos de avanços e recuos inerentes ao seu próprio ritmo, evoluindo a cada passo.

A função do AEE consiste em identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos estudantes com vistas à autonomia e a independência na escola e fora dela.

Consideram-se serviços e recursos da educação especial àqueles que asseguram condições de acesso ao currículo por meio da promoção da acessibilidade aos materiais

didáticos, aos espaços e equipamentos, aos sistemas de comunicação e informação e ao conjunto das atividades escolares.

Essa articulação entre o AEE e a sala de aula é de suma importância para o desenvolvimento das crianças e dos estudantes precisa acontecer desde o momento que se recebe uma criança com necessidades educativas especiais. É importante ressaltar que o professor da sala de aula é o responsável pelo ensino e a aprendizagem do estudante e cabe ao professor do AEE conhecer o que o estudante sabe em função de sua experiência de vida, fazendo um trabalho articulado. Esta relação lado a lado, passo a passo, sendo a chave do sucesso de um trabalho bem sucedido.

Considera-se também o Parecer nº 02/2025, que atualiza as normas complementares para oferta da Modalidade de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, no Sistema Estadual de Ensino.

Para tanto, os Colégios Franciscanos consolidaram uma Política de Inclusão Escolar, com o intuito de reafirmar o reconhecimento da diversidade como um valor essencial para a formação humana e cidadã. A Política de Inclusão Escolar visa garantir o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem de todos os estudantes, respeitando suas individualidades e promovendo a equidade educacional.

13 MARCO OPERATIVO

13.1 Diagnóstico

O Colégio conta com uma comunidade educativa formada por famílias (pais e ou responsáveis) de classe média, na sua grande maioria, com uma participação efetiva no processo escolar da Educação Infantil até o final dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Após esta etapa, até o final do Ensino Médio, os pais e ou responsáveis têm uma participação restrita, afirmando que os estudantes já têm autonomia para dar conta do processo ou mesmo porque o estudante já se considera capaz. Constata-se a presença de um número significativo de famílias que acompanham sistematicamente o processo educativo.

Busca-se garantir a promoção, o sucesso do estudante como pessoa em formação, bom nível de rendimento e aproveitamento escolar. Destaca-se que o percentual de reprovação é praticamente insignificante.

Pondera-se que o quadro de educadores é qualificado, com formação continuada específica. O contexto escolar indica que:

- a comunidade busca no Colégio apoio e alternativas para superar dificuldades de aprendizagem, na dimensão afetiva, emocional, estrutura familiar e outros;
- a atual configuração familiar interfere na relação do estudante com o processo educativo e, especialmente na aprendizagem;
- percebe-se, na relação família/colégio, uma expectativa quanto à resolução dos problemas e situações que ocorrem interna e externamente ao processo;
- a parceria com a implementação do Projeto Pais na Escola é importante como forma de auxílio, apoio, participação e formação da comunidade educativa;
- destacam-se como pontos de sucesso os projetos pedagógicos interdisciplinares;
- o universo estudantil precisa de uma organização que fortaleça e dinamize a formação de liderança por meio de projeto próprio; e
- existe na demanda de matrícula e na evidência do processo, estudantes que precisam de atendimento por necessidades especiais e, conseqüentemente, recursos humanos habilitados para atender a demanda de inclusão.

13.2 Programação

O processo educativo se efetiva por meio de ações e atividades programadas e agendadas previamente, observando-se o Calendário Escolar do ano letivo em curso e conectado ao Plano Curricular.

São elaborados projetos que perpassam todas as etapas de ensino com temáticas diversificadas que incluem datas comemorativas e celebrativas dos calendários civil, litúrgico, do Colégio e da Mantenedora.

13.3 Organização Administrativo-Pedagógica

A gestão congrega na pessoa do Diretor Geral, a articulação e os encaminhamentos das decisões e ações, observando-se princípios hierárquicos da Mantenedora e se dá de forma compartilhada com a Diretoria do Estabelecimento (Diretor Geral, Diretora da Identidade Institucional, Diretora Pedagógica e Controladoria), o Conselho Administrativo-Pedagógico (Diretor Geral, Diretora da Identidade Institucional,

Diretora Pedagógica, Coordenadores Pedagógicos, Orientadoras Educacionais e Coordenador Administrativo). Conta com a participação, apoio e constante acompanhamento da Orientação Educacional, da Psicologia Educacional e da Equipe Técnico-Administrativa.

Periodicamente ocorrem reuniões, encontros e estudos com as instâncias mencionadas para um pensar conjunto, para análise e avaliação das ações, aprovação de propostas, planos e projetos.

Sistemática e continuamente, o Colégio tem na mantenedora, a Associação Maria Auxiliadora – AMA o respaldo, o apoio, a aprovação e a representação nas ações e intermediações que a demanda do processo exige. Contando com a participação da Assessoria Jurídica, da Economia, de Secretaria e da Diretoria da Mantenedora.

14 FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

A qualificação ocorre por meio de Formação Continuada na qual tem como objetivo estudar teorias e vivenciar práticas inovadoras para embasar o pensar e o agir pedagógico, visando o aprimoramento e a qualidade do ensino.

A formação continuada sustenta-se nos seguintes pressupostos: a) o desenvolvimento da habilidade de refletir sobre a própria prática é a base para um trabalho docente criativo e autônomo; b) a sala de aula é o ponto de partida e um campo privilegiado de investigação para os docentes; c) a reflexão pedagógica é iluminada por elementos teóricos pertinentes; d) a reflexão do docente parte sempre de sua experiência em sala de aula, encaminha-se às inovações que deseja implementar, considerando-se a realidade, condições e necessidades.

A atuação profissional no ambiente educacional exige do sujeito formação continuada, sendo uma necessidade constante de desenvolvimento e aprimoramento. Sendo assim, a responsabilidade primeira da formação é do próprio educador, que deve buscar continuamente caminhos e condições para seu crescimento. O Colégio favorece esse processo de crescimento contínuo, oferecendo um espaço sistemático de reflexão e estudo orientado para a concretização do seu projeto educativo.

As propostas de formação continuada desenvolvidas compreendem as reuniões de estudo/reflexão pedagógica e de cunho técnico-administrativo, treinamento de plataformas digitais, congressos, palestras, cursos, estudos/leituras, filmes, vídeos, videoconferência,

lives, observações, relatos e trocas de experiências, eventos culturais e religiosos que propiciam a vivência do carisma e dos valores da instituição.

O material didático da Editora Somos Sistema de Ensino e o acesso à Plataforma Plurall subsidia a dinâmica didático-pedagógica no Ensino Fundamental e no Ensino Médio como ferramenta e recurso de complementação, de formação continuada e de estudos.

Proporciona-se para as equipes pedagógica e administrativa espaço de divulgação do trabalho pedagógico em seu Site, página do Facebook e meios de comunicação do município e região.

Existe uma equipe multidisciplinar que auxilia os educadores, funcionários, estudantes e suas famílias no processo educativo nas áreas da Coordenação Pedagógica, da Psicologia Educacional, da Fonoaudiologia Educacional e da Orientação Educacional a qual busca dar suporte, atendimento e encaminhamento ao processo.

14.1 Competência dos Estudantes

Constituir-se um cidadão que ressignifica os conhecimentos acadêmicos na leitura de mundo e no posicionamento ético sobre os acontecimentos. Comunicar-se com clareza e poder argumentativo, construindo ideias e posicionamentos, respeitando, ao mesmo tempo, a opinião do outro. Construir um projeto de vida que preze pela paz, sendo tolerante, fraterno e solidário e sabendo lidar com frustrações, sensibilizando-se com o ambiente, compreendendo-se como parte da natureza, repudiando desgastes ambientais inconsequentes. Utilizar-se de metalinguagens para ler e interpretar o mundo, lidando com autonomia e autoria com a comunicação tecnológica e produção tecnológica. Desenvolver a cidadania com propriedade, refletindo, de forma empática, a realidade social e agindo com ética para a construção de um mundo melhor.

15 PASTORAL ESCOLAR

A Pastoral Escolar tem como campo de ação o cultivo da promoção e a vivência da espiritualidade franciscana para estudantes, colaboradores e familiares, respeitando a diversidade religiosa. Motiva uma educação humanizadora baseada nos valores cristãos,

procurando em cada iniciativa a comunhão com o carisma institucional. Para a realização das atividades observa-se o calendário escolar e a programação do Colégio.

16 ORIENTAÇÃO DE CONVIVÊNCIA ESCOLAR

As Normas de Convivência Escolar estão regulamentadas no Regimento Escolar e no Regimento Interno do Campo da Educação da Mantenedora – AMA.

É dever de toda a comunidade educativa observar a ocorrência de bullying e outras atitudes contrárias à boa convivência e comunicar ao diretor geral, diretora pedagógica e institucional, coordenadora pedagógica, orientadora educacional, professores ou outro profissional do Colégio.

São realizadas, no decorrer do ano, medidas de prevenção e combate por meio de ações como:

- formação continuada de docentes e de todas as equipes;
- palestras e informações aos pais e estudantes;
- intervenção e atendimento da Orientação Educacional e Psicologia Educacional;
- reflexões e ações educativas em projetos especiais;
- aplicação de medidas educativo-pedagógicas cabíveis; e
- encaminhamento a instâncias competentes.

17 ORIENTAÇÃO E PROCEDIMENTO DO INTERCÂMBIO

Os pais ou responsáveis do estudante que pretende realizar Intercâmbio, precisa solicitar o cancelamento do Contrato de Prestação de Serviços Educacionais e requerer a transferência escolar na Secretaria do Colégio. As condições para a autorização da realização do Intercâmbio são: I. ser estudante regularmente matriculado na 1.^a ou na 2.^a séries ou no primeiro semestre da 3.^a série; II. ter aproveitamento acadêmico suficiente, até a data da saída, em todos os componentes curriculares da série, no ano letivo correspondente; e III. entregar o documento comprobatório de matrícula do estudante na instituição de ensino estrangeira.

Todos os documentos escolares, como históricos, atestados, requerimentos, relatórios e cartas de apresentação e outros, necessários para a realização do intercâmbio,

devem ser solicitados na Secretaria no prazo de 30 (trinta) dias que anteceda a saída do estudante ou da entrega dos referidos documentos na instituição estrangeira de destino.

No momento da saída para a realização do intercâmbio, os pais ou responsáveis novamente devem comparecer na Secretaria para assinar o pedido de suspensão da matrícula do estudante intercambista, que pode ausentar-se do Colégio, por um semestre letivo, no máximo.

Formalizada a suspensão, a matrícula é reservada para o retorno do estudante, mas está condicionada ao cumprimento dos prazos de permanência no exterior e dos requisitos de reingresso no Colégio. São requisitos obrigatórios para o reingresso no Colégio, após realização de intercâmbio: I. o estudante deve comprovar êxito nos estudos realizados no exterior, considerando-se as quatro áreas de conhecimento da Base Nacional Comum: a. Linguagens (Língua Estrangeira); b. Ciências Humanas (História, Geografia, Sociologia ou Filosofia); c. Ciências da Natureza (Biologia, Física ou Química); e d. Matemática. II. apresentar na Secretaria, no momento do retorno/matrícula, os documentos originais que comprovam os estudos realizados no exterior, validados por órgão competente do país de origem do intercâmbio e com a devida tradução juramentada, para a realização do aproveitamento de estudos ou da reclassificação, conforme Regimento Escolar; III. independentemente da reserva de vaga e do preenchimento dos requisitos de reingresso de estudante intercambista, a matrícula depende de autorização expressa da Direção; IV. a tradução e seus custos, é de responsabilidade e a cargo da família ou do responsável pelo estudante; V. os estudantes que permanecerem no exterior, por período de um semestre letivo, podem reingressar no Colégio mediante: existência de vagas, análise de aproveitamento de estudos realizados no exterior, avaliação de desempenho nos conteúdos dos componentes curriculares trabalhados no período em que o estudante esteve afastado por intercâmbio, constantes nos Planos de Estudos da respectiva série, como sondagem diagnóstica e aprovação da Direção; VI. a avaliação de todos os componentes curriculares da série é elaborada, corrigida e avaliada pelos professores com compensação de custos e repassados à família. Os instrumentos de avaliação permanecem arquivados na Secretaria do Colégio; e VII. caso o afastamento seja de no máximo 30 dias, o estudante pode realizar as avaliações substitutivas, desde que haja no Colégio condições administrativas/pedagógicas. As aulas não frequentadas, sua reposição ou processo explicativo, ficam a cargo do próprio estudante, da família ou do responsável pelo estudante.

Ao estudante estrangeiro participante de intercâmbio, com objetivo de vivenciar a cultura brasileira, havendo vaga, pode ser matriculado, no Colégio em qualquer período do ano letivo, observadas as normas e orientações estabelecidas no Projeto Político Pedagógico Pastoral.

O estudante estrangeiro intercambista participa de todas as atividades da turma, inclusive das avaliações, e pode frequentar mais de uma turma ou série, de acordo com a escolaridade apresentada e autorização das Coordenações Pedagógicas.

Ao final do período frequentado, para efeitos de comprovação, é expedido ao estudante estrangeiro participante de intercâmbio, um atestado contendo relatório de seu desempenho e de sua participação nas atividades realizadas, bem como, o tempo escolar de permanência no Colégio.

Destaca-se que: I. estudante que faz o 1º semestre no exterior e o 2º no Colégio: ver orientações do item Requisitos obrigatórios de reingresso acima; II. estudante que concluiu o Ensino Médio no Exterior: validar estudos no CEED/RS Conselho Estadual de Educação conforme procedimentos da Resolução 317, de 1º de novembro de 2011; e III. estudante recebido por transferência com organização curricular diferente, classificar ou reclassificar ou aproveitar estudos, conforme a situação do estudante, atendendo o que prescreve o Regimento Escolar.

18 RECURSOS FÍSICOS E DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS

18.1 Materiais e Recursos Didáticos

A proposta para o desenvolvimento curricular tem como suporte orientador e subsídios para concretização dos planos de estudos dos cursos oferecidos alinhados ao Plano Curricular dos Colégios Franciscanos, o material didático-pedagógico da Editora Somos Sistema de Ensino e Plataforma Plurall, com assessoria da mesma. Complementa o processo pedagógico: o Educonnect do Colégio como instrumento de comunicação escola/família, o uso e consulta do acervo bibliográfico e digital existente na biblioteca, acesso à internet e plataformas digitais.

18.2 Espaços Físicos

Ambientes especiais preparados para o desenvolvimento da dinâmica pedagógica, organizados e equipados; configuram-se como: Sala de Musicalização, Sala Interativa com Multimídia, Sala de Ateliê de Leitura e Escrita, Laboratórios Biologia, Química, Física e Matemática, Sala de AEE, Sala de Xadrez, Espaço Robótica Educacional, Espaço Mind Maker, Espaço Planetário, Salão Auditório Madre Bernarda, Capela, Salãozinho para múltiplas atividades; Sala de Material de Expediente e Reprodução, Laboratório de Informática, Sala de Filosofia, Sala de Língua Inglesa (PES English), Salas de Aula Climatizadas, Biblioteca Geral Ir. Seráfia Pimentel, Biblioteca Infantil, Brinquedoteca e Loja de uniformes e material escolar.

Os ambientes externos, igualmente preparados para o desenvolvimento do processo pedagógico, complementando e aplicando os conhecimentos nas diversas áreas de desenvolvimento, assim organizados: Parque Infantil na Educação Infantil; Espaço com areia azul na Educação Infantil; Parquinhos no Ensino Fundamental Anos Iniciais; Espaço lúdico-pedagógico, com palco ao ar livre no Ensino Fundamental Anos Iniciais; e Mini Quadras com grama sintética de Basquete, Vôlei e Futebol Society, ambos pátios, com área verde; Espaços Alternativos e Espaços de Convivência.

18.3 Sala de Atendimento Educacional Especializado

A Sala de Recursos é constituída e adequada ao Atendimento Educacional Especializado aos estudantes de inclusão, com planejamento pedagógico específico, a partir das necessidades por ele apresentadas.

O horário de atendimento ocorre no contraturno, período no qual os estudantes participam das atividades específicas e especializadas, sem prejuízo da sua frequência na sala de ensino regular.

A sala possui mobiliário adequado e adaptado às necessidades dos estudantes. Nesta, é disponibilizado materiais e recursos pedagógicos diferenciados que visam auxiliar o desenvolvimento do processo educacional, contemplando as atividades propostas pelo professor, bem como buscar construir coletivamente uma pedagogia que parte das necessidades dos estudantes, como propulsora de novas formas de organizar o ensino,

colaborando para que os mesmos participem ativamente do processo escolar como pessoas autônomas, potencializando, assim, suas possibilidades de aprendizagem.

Os recursos utilizados no Atendimento Educacional Especializado constituem um conjunto de procedimentos específicos, mediadores do processo de apropriação do conhecimento, atendendo necessidades e promovendo capacidades.

18.4 Salas Ambientes

Salas especialmente projetadas para atender os Itinerários Formativos do Novo Ensino Médio, como: Sala da Escrita Criativa (Criação e Linguagem Oral, Escrita e Artística), Sala da Criação Artística (Movimento, Empreendedorismo e Arte), Sala do Eu Cientista (Cientificidade, Pesquisa, Saúde e Qualidade de Vida), Sala do Projeto de Vida e Sala do Meu Ensino Superior (Trilhas de Aprofundamento).

18.5 Centro Poliesportivo e Cultural

Tem como finalidade realizar, estimular e apoiar atividades que promovam o desenvolvimento físico, cultural, social e educativo previsto nos planos curriculares dos respectivos cursos, bem como, atividades extracurriculares e comunitárias. O Centro Poliesportivo e Cultural dispõe de Quadras Poliesportivas – Futsal, Vôlei, Basquete, Tênis, Handebol, Sala de Dança, Sala de Judô, Espaço de Convivência destinado a práticas desportivas e de expressão corporal que contribuem para o desenvolvimento integral, o cuidado da saúde, do bem estar social e da valorização de talento sócio esportivo.

18.6 Laboratórios

São ambientes com mobiliário e equipamentos especiais com recursos didáticos para o desenvolvimento do processo do ensino e da aprendizagem de forma transversal. Constituem-se em espaços pedagógicos que auxiliam o professor na complementação de estudos em seu componente curricular, oportunizando vivências, práticas de aprendizagem, acesso à informação e a construção do conhecimento.

18.7 Cantina Escolar

O Colégio dispõe de um espaço próprio destinado ao serviço de alimentação. A Cantina Escolar apresenta um ambiente organizado, orientado para a promoção da saúde e da educação alimentar, incentivando práticas e hábitos saudáveis que contribuem para uma melhor qualidade de vida. O funcionamento da Cantina respeita as normas internas do Colégio e cumpre as regulamentações dos órgãos competentes, oferecendo lanches e outras refeições.

18.8 Capela

É um espaço cuidadosamente preparado para momentos de espiritualidade. Nele, promovem-se vivências de oração, reflexão e celebração, fortalecendo o vínculo com os valores humanos e cristãos. É destinado a momentos de missa, oração e reflexão com as turmas e comunidade educativa, proporcionando apoio à construção do sentido da vida, da fraternidade e do acolhimento. Busca-se desenvolver e cultivar a espiritualidade de forma integral, alimentando a fé, a esperança e o amor, à luz do exemplo de Santa Maria Bernarda.

19 SEGURO EDUCACIONAL

O Colégio Franciscano São José, preocupado com a segurança e o bem-estar de seus estudantes e funcionários, oferece o **Seguro de Acidentes Pessoais**, sem qualquer custo adicional, com cobertura 24 horas (dentro e fora da escola), garantindo o pagamento das despesas médicas, hospitalares, medicamentos e odontológicas, até o valor de R\$ 10.476,00 (dez mil quatrocentos e setenta e seis reais) por evento.

Esse atendimento poderá ser prestado através da rede de hospitais e clínicas credenciadas ou através de reembolso.

Para poder usufruir do benefício, no momento da ocorrência de um acidente, é necessário entrar em contato com a seguradora que atende pelo telefone 0800 775 12 05, através do qual os pais, estudantes e funcionários serão informados dos procedimentos a serem seguidos.

O seguro tem as seguintes coberturas: morte acidental; invalidez permanente total ou parcial por acidente; despesas médicas, hospitalares, odontológicas e medicamentos.

Observação: Valor de cobertura limitada a 10.476,00 (dez mil quatrocentos e setenta e seis reais) por tipo de sinistro. As garantias contratadas nesta apólice aplicam-se para todos os eventos ocorridos dentro ou fora da escola ou em qualquer parte do Globo Terrestre.

O seguro apresenta as seguintes características:

- a) Os beneficiários (estudantes e funcionários do Colégio Franciscano São José) estarão cobertos 24 (vinte quatro) horas por dia e 7 (sete) dias na semana – em caso de acidentes (qualquer espécie);
- b) Os estudantes e funcionários estarão cobertos independentemente de onde tenha ocorrido o acidente, ou seja, dentro e fora das dependências da escola;
- c) Além das “Despesas Médica Hospitalares e Odontológicas”, também estão cobertos os gastos com fisioterapia e medicamentos, decorrentes do acidente sofrido pelo estudante e demais beneficiários;
- d) A primeira carteira fornecida ao estudante será de forma gratuita, porém, em caso de perda ou extravio, será cobrado um valor de R\$ 20,00 (vinte reais), para a emissão da segunda via;
- e) Em caso de acidentes, é necessário ligar para a central - assistência 24 horas, através do telefone 0800 775 12 05, para que a ocorrência seja registrada e o aluno tenha o seu atendimento médico direcionado;
- f) Caso exista uma rede credenciada na localidade, somente em casos excepcionais e justificáveis os atendimentos poderão ser realizados fora da rede credenciada;
- g) Para o reembolso de gastos realizados fora da rede credenciada, os documentos listados abaixo deverão ser entregues no Colégio Franciscano São José no prazo máximo de 7 (sete) dias, com a responsável do setor de Recursos Humanos.

Para reembolso, em caso de despesas médicas, hospitalares e odontológicas, são necessários os documentos:

- a) Aviso de Acidente Inicial preenchido na escola;
- b) Relatório Médico Assistente preenchido pelo médico;
- c) Cópia da certidão de nascimento, RG e CPF do estudante;
- d) Cópia do RG e CPF do responsável pelo menor;
- e) Boletim de Ocorrência (BO), quando for o caso;
- f) Comprovante de residência atualizado;

- g) Cópia do contrato escola x estudante ou declaração de matrícula;
- h) Todos os comprovantes e Notas Fiscais de despesas provenientes de consultas, exames, fisioterapia, tratamento odontológico (por acidente), medicamentos, cirurgia, deverão ser originais;
- i) Nota Fiscal da farmácia acompanhadas da receita médica;
- j) Quando realizados exames é necessário o envio do pedido médico; Exemplo (Raio-X, Ressonância Magnética etc.);
- k) Quando necessária a realização de fisioterapia, o pedido médico e assinatura na ficha de presença das sessões realizadas.

É importante salientar que, quando ocorrer algum sinistro, envie a documentação necessária completa para que seja agilizado o reembolso das despesas e assim garantir um atendimento de qualidade.

20 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Direção do Colégio Franciscano São José - CFSJ tem presente que os processos externos de avaliação são importantes instrumentos na excelência do processo. Por esse motivo, sempre que possível, realiza modalidades de avaliações externas.

O CFSJ é uma obra da Mantenedora Associação Maria Auxiliadora - AMA e a sua diretoria visita, acompanha e avalia o trabalho realizado sistematicamente para verificar o nível de alcance dos objetivos e os aspectos relacionados à missão do CFSJ e aos princípios da Mantenedora.

A avaliação institucional acontece constantemente durante o processo educacional nos encontros da Diretoria do Estabelecimento, do Conselho Administrativo-Pedagógico, das Coordenações Pedagógicas das Etapas de Ensino, dos Educadores de Áreas, das Etapas, dos Serviços de Apoio, dos Estudantes, dos Pais ou Responsáveis.

A avaliação consiste em verificar e constatar elementos internos e externos que favorecem e alavancam o processo ou aspectos que necessitem aprimoramento. Os dados da avaliação são registrados em relatórios próprios.

No final do ano letivo, a Direção do Colégio, por meio de relatório, colhem, dos segmentos e setores, informações e dados que consolidam a avaliação, revendo aspectos significativos (positivos e a melhorar) a serem (re) programados.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BALBINOT, Rodinei. Como gerir a escola católica com espiritualidade. São Paulo: Integra, 2015.

BARDANA, Ángeles A; BARDANA; Isabel A. Os fios da infância. Tradução Tais Romero. São Paulo: Phorte, 2018.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 29.08.2025.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 dez. 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb005_09.pdf. Acesso em: 29.08.2025.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 7, de 14 de dezembro de 2010. Fixa diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental de 9 (nove) anos. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 15 dez. 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf. Acesso em: 29.08.2025.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 2, de 30 de janeiro de 2012. Define as diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 31 jan. 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb002_12.pdf. Acesso em: 29.08.2025.

BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 11/2010. Diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental de 9 (nove) anos. Brasília, DF: CNE, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb011_10.pdf. Acesso em: 29.08.2025.

BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 5/2011. Diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio. Brasília, DF: CNE, 2011. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb005_11.pdf. Acesso em: 29.08.2025.

BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 17/2012. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil. Brasília, DF: CNE, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb017_12.pdf. Acesso em: 29.08.2025.

BRASIL. Parecer CNE/CP nº 5/2020. Diretrizes curriculares nacionais em caráter emergencial para a educação básica. Brasília, DF: CNE, 2020. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pcp005_20.pdf. Acesso em: 29.08.2025.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 29.08.2025.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 dez. 1961. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm. Acesso em: 16.12.2025

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 ago. 1971. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm. Acesso em: 16.12.2025.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942. Lei Orgânica do Ensino Secundário. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, DF, 10 abr. 1942. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del4244.htm. Acesso em: 16.12.2025.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nº 11.494, de 20 de junho de 2007, nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 fev. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 16.12.2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 jul. 2009. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 16.12.2025.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Portaria nº 399, de 8 de março de 2023. Institui a consulta pública para a avaliação e reestruturação da Política Nacional de Ensino Médio. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 mar. 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-399-de-8-de-marco-de-2023-468762771>. Acesso em: 16.12.2025.

BRASIL. Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), definindo diretrizes para o Ensino Médio e dando outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1 ago. 2024. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.945-de-31-de-julho-de-2024-575696390>. Acesso em: 16.12.2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 9 de outubro de 2007, entregue ao Ministro da Educação em 7 de janeiro de 2008. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em: 16.08.2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação

Especial. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 16.08.2025.

BURIN, Marinês. Del Corazón de la Madre Bernarda al corazón del mundo. Santafé de Bogotá. Colômbia: Linotipia Bolívar y Cia, 2000.

COLÉGIOS FRANCISCANOS. Plano Curricular dos Colégios Franciscanos: Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora. Passo Fundo, 2021.

CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA. Educar ao humanismo solidário: para construir a “civilização do amor” 50 anos após a Populorum progressio. Città del Vaticano: Congregazione per l'Educazione Cattolica, 16 abr. 2017. Disponível em: http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_ccatheduc_doc_20170416_educare-umanesimo-solidale_po.html. Acesso em: 19.12.2025.

CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA. Educar hoje e amanhã: uma paixão que se renova. Instrumentum laboris, 7 abr. 2014. Città del Vaticano: Congregazione per l'Educazione Cattolica. Disponível em: http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_ccatheduc_doc_20140407_educare-oggi-e-domani_po.html. Acesso em: 19.12.2025.

CONCÍLIO VATICANO II. *Gravissimum educationis: Declaração sobre a educação cristã*. Vaticano: Concílio Vaticano II, 28 out. 1965. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decl_19651028_gravissimum-educationis_po.html. Acesso em: 19.12.2025.

CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA. *A identidade da escola católica para uma cultura do diálogo*. Cidade do Vaticano: Santa Sé, 2022. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_ccatheduc_doc_20220125_istruzione-identita-scuola-cattolica_po.html. Acesso em: 19.12.2025.

EDITORA SOMOS. Material Didático Anglo. São Paulo: Somos Sistema de Ensino. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GANDIN, Danilo. A prática do planejamento participativo. Petrópolis: Vozes, 2002.

GANDIN, Danilo. Planejamento como prática educativa. São Paulo: Loyola, 2010.

GADOTTI, Moacir. Pressupostos do projeto pedagógico. In: MEC, Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos. Brasília, 28/8 a 2/9/94.

INSTITUIÇÃO ESCOLAR. Regimento Escolar. Erechim, 2024.

IRMÃS FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DE MARIA AUXILIADORA PROVÍNCIA IMACULADA CONCEIÇÃO. *Princípios e linhas gerais da Pastoral Educativa*. Passo Fundo, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2004.

MAG SEGURO. *Proteção escolar permanente*. Apólice Nº 82.0203504. Rio de Janeiro, 2026.

PIAGET, Jean. *A psicologia da criança*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

RIO GRANDE DO SUL. Conselho Estadual de Educação. Resolução CEEed/RS nº 317, de 1º de novembro de 2011. Porto Alegre: CEEed/RS, 2011. Disponível em: <https://www.ceed.rs.gov.br/resolucao-n-0317-2011>. Acesso em: 29.08.2025.

RIO GRANDE DO SUL. Conselho Estadual de Educação. Parecer CEEed/RS nº 545, de 2015. Porto Alegre: CEEed/RS, 2015. Disponível em: <https://www.ceed.rs.gov.br/parecer-n-0545-2015>. Acesso em: 29.08.2025.

RIO GRANDE DO SUL. Conselho Estadual de Educação. Parecer CEEed/RS nº 01/2020. Porto Alegre: CEEed/RS, 2020. Disponível em: <https://www.ceed.rs.gov.br/parecer-n-0001-2020>. Acesso em: 29.08.2025.

RIO GRANDE DO SUL. Conselho Estadual de Educação. Parecer CEEed/RS nº 02, de 2025. Porto Alegre, 2025. Disponível em: <https://www.ceed.rs.gov.br/upload/arquivos/202505/23155858-parecer-02-2025.pdf>. Acesso em: 16.12.2025.

RIO GRANDE DO SUL. Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, de 3 de outubro de 1989. Atualizada pela Lei Estadual nº 9.672, de 19 de junho de 1992. Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 20 jun. 1992. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/<https://www.ceed.rs.gov.br/upload/arquivos/202410/01113429-lei-n-09-672.pdf>. Acesso em: 16.12.2025.

RIO GRANDE DO SUL. Conselho Estadual de Educação. Resolução CEEed/RS nº 340, de 2018. Porto Alegre, 2018. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/<https://www.ceed.rs.gov.br/upload/arquivos/202001/17154838-20180327150103resolucao-0340.pdf.pdf>. Acesso em: 16.12.2025.

RIO GRANDE DO SUL. Conselho Estadual de Educação. Resolução CEEed/RS nº 345, de 2018. Estabelece normas para a Educação Básica no Sistema Estadual de Ensino. Porto Alegre, 2018. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/<https://www.ceed.rs.gov.br/upload/arquivos/202001/17155400-20181219130446resolucao-0345.pdf>. Acesso em: 16.12.2025

RIO GRANDE DO SUL. Conselho Estadual de Educação. Resolução CEEed/RS nº 385, de 6 de agosto de 2025. Reexame da Resolução CEEed nº 384/2025 e institui normas complementares para a oferta do Ensino Médio e suas modalidades no Sistema Estadual de Ensino, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM). Porto Alegre, 06 ago. 2025. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/<https://ceed.rs.gov.br/upload/arquivos/202509/05090036-resolucao-385-reexame-da-resolucao-n-384.pdf>. Acesso em: 16.12.2025.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e Democracia*. Autoras Associadas. São Paulo, 2008.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico. São Paulo: Libertad, 2004.

VINGA, Lima P.A. e CARVALHO, M. Helena S.O. "A formação de profissionais da educação". In: MEC. Subsídios para uma proposta de educação integral à criança em sua dimensão pedagógica. Brasília, 1994.

VEIGA, Ilma Passos A. Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 2003.

VYGOTSKY, Lev S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ZATTI, Vicente. Autonomia e educação em Immanuel Kant e Paulo Freire. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

JEITO franciscano DE EDUCAR



 colegiofransicanosaojose

 Colégio Franciscano São José Erechim

 (54) 2107-0707

 secretaria@saojoseerechim.com.br

 www.saojoseerechim.com.br

Avenida XV de Novembro, 237, Centro - Erechim/RS